



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

ISABELI RAMOS NEVES

**MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO:  
EFEITO DAS DISCRIMINAÇÕES DE RAÇA, GÊNERO E  
CLASSE**

---

Londrina  
2020

ISABELI RAMOS NEVES

**MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO:  
EFEITO DAS DISCRIMINAÇÕES DE RAÇA, GÊNERO E  
CLASSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luis Miguel Luzio dos Santos.

Londrina  
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

M956 RAMOS NEVES, Isabeli.

Mulher negra no mercado de trabalho: efeito das discriminações de raça, gênero e classe / Isabeli Ramos Neves. - Londrina, 2020.  
89 f.

Orientador: Luis Miguel Luzio dos Santos.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Trabalho. Mulher Negra. Marginalização. Contexto Sócio-histórico. - Tese. I. Luzio dos Santos, Luis Miguel. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 658

ISABELI RAMOS NEVES

**MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO:  
EFEITO DAS DISCRIMINAÇÕES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Luís Miguel Luzio dos Santos  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sônia Regina Vargas Mansano  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Clélia R. S. Prestes  
Universidade de São Paulo - USP

Londrina, 18 de março de 2020

Dedico esse trabalho as minhas heroínas, mãe e avó, que me fizeram perceber o mundo perverso e preconceituoso, mas não me deixaram ser intimidada por ele.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me sustentado até aqui, pois somente Ele sabe o quão difícil foi se manter em pé nessa caminhada, que por si só já é dura e que para mim se mostrou como uma luta contra o corpo e a mente.

Agradeço a minha família que esteve comigo em todos os momentos, me auxiliando nas dificuldades, nos afazeres diários, dando colo nas crises existenciais enfrentadas, dando auxílio financeiro e emocional. Em especial agradeço minha filha Julia por suportar a ausência e menor atenção despendida, por estar sempre ao meu lado e a minha mãe que é minha inspiração, minha mulher maravilha.

Aos meus eternos professores, não tenho como agradecer a paciência, respeito, confiança e persistência que tiveram comigo. Assim como, também agradeço aos meus colegas, que sem nos conhecer, mas com a mesma sede pelo conhecimento, embarcaram junto comigo nessa aventura. Aos amigos não mestrandos, que foram deixados por muitas vezes em segundo plano, mas que quando eram solicitados estavam prontos a atender, pois sonhavam o meu sonho.

Agradeço a CooperRegião que abriu as portas para a realização da minha pesquisa, onde tive o privilégio de conhecer quatro mulheres fortes que trabalham para transformar suas histórias não deixando de olhar para a comunidade e sociedade de maneira geral.

Agradeço todos envolvidos nos processos burocráticos do mestrado, em especial ao Francisco Navarro, que sempre me atendeu prontamente em minhas dúvidas, a Lurraïne e ao Vinicius estagiários do mestrado que nos ajudaram nas aulas e nas resoluções de pendências e aos Coordenadores Rafael Borin e Lucano Munck.

Sou grata às professoras Cléria Prestes e Sônia Mansano que compuseram a minha banca de qualificação, onde tive o prazer de aprender com cada contribuição por elas apresentadas colaborando de forma essencial para a construção do meu trabalho.

Ao meu orientador Luiz Miguel agradeço pelas conversas, que foram além das orientações acadêmicas, pois envolveram reflexões sobre a vida, como ser uma pessoa melhor a partir do conhecimento adquirido.

Minha luta diária é para ser reconhecida como  
sujeito, impor minha existência numa sociedade  
que insiste em negá-la. (Djamila Ribeiro)

NEVES, Isabeli Ramos. **Mulher negra no mercado de trabalho:** efeito das discriminações de raça, gênero e classe. Dissertação de Mestrado – 88 f. Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2020.

## RESUMO

O processo de colonização portuguesa no Brasil tem como base a escravização de pessoas não-brancas. Essa deixou marcas profundas que reverberam ainda hoje em nosso território. As consequências da inferiorização do negro pelo grupo social branco, sempre foi aliada ao tipo de trabalho exercido, sobre quem possuía os recursos para produção em detrimento dos que tinham por obrigação produzir. Essa dinâmica se estendeu por três séculos, quando foi “outorgada” a suposta abolição. Contudo, a libertação da senzala não proporcionou a quebra dos grilhões de desvalorização e limitação do acesso ao trabalho. Arrasta-se desde então a marginalização da população negra, em todos os setores da sociedade, em especial de mulheres negras, no mundo do trabalho formal. O presente estudo visa evidenciar como o contexto social e histórico influenciam na inserção e manutenção no mundo do trabalho. Para tanto, o objetivo central da pesquisa foi compreender a história vivenciada pelas mulheres negra, que hoje integram a cooperativa Cooper Região de Londrina/PR. Para atender esse objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa utilizando o método História de Oral, através da entrevista de história de vida oral e para a análise dos dados foi utilizada a análise do conteúdo. Ao fim da pesquisa, foi possível verificar que as mulheres negras da cooperativa têm em sua história profissional as marcas geracionais do preconceito e negligência sofrida pelos negros escravizados no Brasil.

**Palavras-chave:** Trabalho. Mulher negra. Marginalização. Contexto sócio-histórico.

NEVES, Isabeli Ramos. **Black women in the job market:** effect of race, gender and class discrimination. Master's Dissertation - 88 p. Graduate Program in Administration. State University of Londrina. Londrina, 2020.

## **ABSTRACT**

The Portuguese colonization process in Brazil is based on the enslavement of non-white people. This left deep marks that still reverberate in our territory today. The consequences of the inferiorization of blacks by the white social group, has always been combined with the type of work performed, on who had the resources for production to the detriment of those who had an obligation to produce. This dynamic extended for three centuries, when the supposed abolition was "granted". However, the release of the slave quarters did not break the chains of devaluation and limited access to work. Since then, the marginalization of the black population has dragged on, in all sectors of society, especially black women, in the world of formal work. The present study aims to show how the social and historical context influence the insertion and maintenance in the world of work. Therefore, the main objective of the research is to understand the history experienced by black women, who today are part of the cooperative Cooper Region of Londrina / PR. To meet this objective, a qualitative research was carried out using the Life History method, through the oral life history interview and for data analysis, content analysis was used. At the end of the research, it was possible to verify that the black women of the cooperative have in their professional history the generational marks of prejudice and neglect suffered by black slaves in Brazil.

**Keywords:** Work. Black woman. Marginalization. Socio-historical context.

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b>	Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.....	26
<b>TABELA 2</b>	Média de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoas ocupadas, por sexo (horas semanais).....	34
<b>TABELA 3</b>	Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.....	35
<b>TABELA 4</b>	Estatísticas de raça: indicadores sociais das mulheres no Brasil.....	38
<b>TABELA 5</b>	Ano de fundação, nº de domicílios atendidos e renda dos cooperados das Cooperativas de Reciclagem de Londrina.....	48
<b>TABELA 6</b>	Definição operacional das subcategorias.....	52
<b>TABELA 7</b>	Funções da Cooper Região.....	57

## LISTA DE TERMOS, ABREVIATURAS E SIGLAS

ONU	Organização das Nações Unidas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
CMTU	Companhia Municipal de Transporte e Urbanismo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
UEL	Universidade Estadual de Londrina
COOPER REGIÃO	Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Londrina.

## SUMARIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO TEÓRICO</b> .....	18
2.1	INFLUÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO NA CONSTITUIÇÃO SOCIAL E LABORAL NO BRASIL .....	18
2.2	A RALÉ BRASILEIRA .....	29
2.3	ANALISANDO O SIGNIFICADO DO TRABALHO.....	30
2.4	A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO .....	32
2.5	DIMENSÃO SOCIAL DA SUSTENTABILIDADE.....	38
2.6	COOPERATIVISMO E A RECICLAGEM .....	42
2.7	RECICLAGEM EM LONDRINA .....	44
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	48
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO DA PESQUISA</b> .....	54
4.1	PROCESSO EVOLUTIVO DA COOPERATIVA.....	54
4.2	HISTÓRIA INDIVIDUAL E COMUNITÁRIA E SUAS RELAÇÕES COM A INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO.....	58
4.3	IDENTIFICAÇÃO COM O TRABALHO.....	67
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	74
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	80
	<b>APÊNDICE</b> .....	86

## 1 INTRODUÇÃO

A história humana pode ser contada sob diferentes perspectivas e geralmente prevalece o discurso dos privilegiados e opressores. Enquanto isso milhares de pessoas, com grande representatividade e contribuição, passam anônimas pela história socialmente difundida. Essa negligência tem tornado perene discursos advindos de uma elite exploradora. Temos na história do povo negro um exemplo de parcialidade no processo histórico, onde o negro não é protagonista de sua própria história, sendo cerceado o direito, até mesmo, de sua origem.

Essa realidade já era percebida por mim, mas ficou muito mais evidenciada com minha aprovação no mestrado, local onde alguém como eu, mulher, negra e pobre, não deveria estar. Logo no primeiro contato com meus colegas de sala de aula o assunto de dupla cidadania foi pautado; tratava-se de uma conversa que não tinha como participar, pois parte da minha história foi roubada. As leituras que tive acesso no ensino fundamental e médio, não contavam minha história como um povo guerreiro e protagonista, mas como pobres coitados e passivos. Por essas razões, abordarei os aspectos históricos do trabalho no Brasil ao som das vozes dos oprimidos.

Ao iniciar minha imersão nos estudos que saíram da ficção e relataram a realidade por traz da escravização do negro, tive dois sentimentos: orgulho e raiva. Estes sentimentos vou revelar ao longo do texto. Já sabia que a primeira metade do século XVI havia sido marcada pela introdução do trabalho escravo negro no Brasil. Nesse período, homens e mulheres eram trazidos da África para servirem como mão de obra escravizada nas plantações de açúcar, mas o que não sabia era que sua vinda não se deu por uma inferioridade biológica, intelectual ou por terem sido negociados por seus semelhantes como sempre tive acesso, mas sim porque detinham conhecimento sobre o manejo da cultura açucareira.

Essa exploração se perpetuou até o XIX, acompanhando as mudanças produtivo-econômicas do país, o que me fez entender a importância da mão de obra escravizada para a construção da riqueza, não somente brasileira, mas também europeia. Minha revolta já seria suficientemente justificada pela exploração sofrida por meus antepassados, mas ficou ainda maior com a falta de reconhecimento do trabalho desenvolvido por eles, pois mesmo sendo detentores de conhecimento crucial para o desenvolvimento econômico do país, eram tratados como mercadoria, com jornadas de trabalho extenuantes, alimentação e moradia precária, além de sofrerem abusos

físicos extremos (Munanga, 1986). No caso das mulheres, havia um agravante: eram frequentes abusadas sexualmente o que, muitas vezes, resultava em gravidez indesejada. Mas será que essa realidade se modificou?

Após trezentos anos de escravidão da população negra, em 1888 o Brasil oficializou o fim da escravidão, tornando-se o último país do mundo a fazê-lo. Esse processo não foi fácil, pois exigiu a intervenção de vários atores sociais e, ao contrário do que é popularmente difundido como uma concessão benfazeja da princesa Isabel, de fato, os escravizados atuaram de forma decisiva ao minar as bases nas quais se sustentava a escravidão. Para isso, homens e mulheres escravizados buscavam, como forma de resistência, reelaborar, reorganizar e transformar o universo em que viviam, tornando-se agentes ativos de sua história (FURTADO, 1888).

Uma das estratégias da população negra escravizada para o desmantelamento da exploração, foram as fugas dos negros das fazendas, que culminavam na formação de quilombos, comunidades de negros fugidos que resistiam ao escravismo. A maior comunidade e mais conhecida foi a do Quilombo dos Palmares. Além das fugas definitivas das fazendas, outras rebeliões se davam em favor de melhores condições de trabalho e de condições de vida, como por exemplo, a fuga dos escravizados do Engenho de Santana, que lutaram pelo direito de folgar, brincar, cantar e trabalhar de forma mais digna (Amaral, 2011). A terceira forma de resistência que destacamos foram as rebeliões lideradas pelos escravizados, que visavam a contestação do escravismo no Brasil. Mesmo com o engajamento do negro nesse processo a libertação legal não foi suficiente para torna-lo de fato liberto. O preconceito construído ao longo de séculos de exploração permaneceu praticamente intacto e foi responsável por empurrar o negro para a invisibilidade.

A abolição da forma como foi conduzida, caracterizou-se como um Programa de Genocídio, pois entregou a população à própria sorte, alimentando o ciclo perverso da pobreza. O estigma negro-pobre foi se firmando até ao ponto de ser naturalizado, quando passou a incorporar o tecido social brasileiro, sem traumas maiores ou sinais de mal-estar (Nascimento, 1978). Assumiu-se o pensamento elitista, que reforçava que no Brasil não havia preconceito de raça, incorporando a ideia de democracia racial, em que todos eram acolhidos e poderiam prosperar, apenas dependendo do esforço individual.

O pensamento meritocrático passou a justificar toda a desigualdade social e econômica e a estigmatizar os pobres como resultado de problemas de caráter, como

preguiça, falta de esforço ou inteligência inferior. Essa visão viria a justificar o *status quo* dominante e impedia mudanças estruturais mais profundas.

O resultado de tamanha opressão foi a segregação do negro no mercado de trabalho, empurrado para vagas rejeitadas pelos brancos, geralmente trabalhos insalubres, desgastantes e que demandavam força física. O estigma que reduzia o negro a funções braçais e de baixa complexidade intelectual, favoreceu a Política do Estado de abertura das fronteiras para entrada de imigrantes europeus, vistos como mais competentes, produtivos, confiáveis e capazes de desenvolverem atividades mais elaboradas (NASCIMENTO, 1979).

A configuração do novo mercado de trabalho trouxe novos traços de segregação. As mulheres negras passaram a ter como principal ocupação o trabalho em casas de família, executando tarefas domésticas que não eram bem vistas pelas mulheres brancas. Com isso, os rendimentos da mulher negra tornaram-se a principal ou mesmo a única fonte de renda familiar, considerando que os homens negros não eram absorvidos pelo mercado de trabalho que dava preferência aos imigrantes europeus brancos (DAVIS, 2017).

Dessa forma, respondendo à pergunta, décadas se passaram, mas a realidade do negro no mercado de trabalho pouco ou nada mudou. Continuaram a ocupar as posições menos reconhecidas socialmente, em condições de trabalho precárias e salários que mal permitem a subsistência. Percebe-se a acomodação da elite brasileira, constituída por pessoas brancas, heterossexual, cis, de meia idade, de centro, sem deficiência, etc., que sempre se aproveitaram dessa realidade para acumular capital e privilégios.

A perversidade inicia-se logo na infância, quando boa parte das crianças e adolescentes negras, que nascem nas periferias pobres, estão sujeitas aos piores serviços sociais de saúde e educação e, em muitos casos, têm que optar entre trabalhar para ajudar no orçamento familiar ou estudar. Têm que conviver com a violência endêmica e tentar resistir ao recrutamento sedutor do narcotráfico e de atividades ilícitas. As alternativas disponíveis são escolas precarizadas, onde falta de tudo, inclusive modelos educacionais adequados à realidade específica desta população.

No caso brasileiro, a pobreza está intimamente ligada à questão da raça. Quando se levantam os principais indicadores sociais, inevitavelmente, se percebe a relação intrínseca entre raça negra e os índices de pobreza. Isso se explica, quando

observamos que o Brasil é constituído por uma maioria negra e mestiça, que vivem nas periferias onde os serviços básicos, como educação, saúde, saneamento básico entre outros, são precários. A falta de acesso a questões básicas implica-diretamente no desempenho do sujeito pobre, que tem que competir em pé de igualdade com quem conta com os melhores serviços privados, reproduzindo as iniquidades num processo que parece não ter fim.

A minha história se enquadra na realidade da população negra e pobre do Brasil, mas tive o privilégio de estar em uma família que sempre valorizou a educação e me proporcionou acesso a uma boa escola da rede pública. Minha família me oportunizou o acesso ao ensino superior e, por consequência, a escolha da minha profissão antes de entrar no mercado de trabalho, o que é algo de relevância na conjuntura social brasileira. Em 2006, após três anos de muito estudo, fui aprovada no vestibular por meio das cotas reservadas para negros na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Esse foi o segundo ano implantação do sistema de cotas na UEL. Na época sofri preconceito até mesmo por parte de professores, mas me formei e entrei no mercado de trabalho. Alguns anos mais tarde, já com experiência profissional e com consciência de ser negra e das dores que essa descoberta trazia, entrei no mestrado em administração.

O mestrado foi para mim um dos momentos mais duros da minha vida, além da dor que esse processo já envolve, uma vez que a universidade não está preparada para receber alunos negros e pobres. Nitidamente a comunidade acadêmica olha o negro como um elemento estranho no espaço. Por inúmeras vezes, quando assuntos relacionados à pobreza, preconceito, negritude, meritocracia, entre outros temas que envolvem minorias eram evidenciados, os professores e meus colegas de sala falavam olhando para mim, mas o pior, é que muitos não sabiam do que falavam, pois a voz não nos é dada, sempre alguém quer falar por nós e de nós, sem conhecimento de fato. Dessa forma eu me senti motivada a escrever sobre a mulher negra por poder emprestar meus olhos e perspectiva negra para um trabalho majoritariamente constituído por mulheres negras. Eu não estou inserida na realidade de trabalho das protagonistas dessa pesquisa, mas serei a voz delas enquanto possível, pois embora tenha tido a oportunidade de acessar um nível de escolaridade que poucas mulheres pretas têm, sou preta como elas e também sofro o preconceito pela cor da pele, o que me aproxima delas. Dito isso, vamos refletir sobre outros aspectos que contribuíram para o recorte que a pesquisa se incumbiu de trabalhar.

Na década de 1990, muito em virtude das políticas neoliberais, houve um considerável aumento nas taxas de desemprego. Com a liberalização comercial acelerada, a incorporação de novas tecnologias na produção, sobrou o lixo como alternativa para muitos desempregados (Reis, 2006). O primeiro levantamento realizado para verificar o número de catadores de lixo no país, foi realizado em 2006. Na ocasião foram encontrados 25 mil trabalhadores que declaravam viver da catação. Esse número integrava 115 cooperativas e mais os trabalhadores autônomos. Em 2010, o documento intitulado *Pesquisa sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos*, apontou a existência de 387 mil catadores. Em 2013, e o Cadastro Único do Governo Federal passou a explicitar a atividade de catação e em 2015 o cadastro contabilizou 49.181 pessoas que informaram atuar na catação. Esse número não indica o universo total de catadores, pois para a inserção no Cadastro Único, existe um recorte onde os membros de uma família devem possuir renda de no máximo meio salário mínimo por integrante ou até três salários mínimos de renda total e devem se encontrar em estado de pobreza ou extrema pobreza. Mesmo que as pessoas não pertencentes a esse recorte de renda queiram se cadastrar não podem fazê-lo, pois o sistema não aceita a inserção dos dados. Além disso, existe grande informalidade e sazonalidade na atuação dos catadores (SANT'ANA E METELLO, 2006).

O trabalho com material reciclável não é reconhecido socialmente e surge por falta de opções mais atrativas. Em pesquisa realizada por Neves (2017), em três das sete cooperativas localizadas no município de Londrina, foi evidenciado o elevado percentual de mulheres que trabalhavam nas cooperativas de reciclagem, sendo 77,66% contra somente 22,33% homens. Anteriormente, em 2012, foi realizado um levantamento com a participação de 500 catadores, onde foi constatado que somente 16% desse universo era representado por homens (CATA AÇÃO, 2012). No entanto, de acordo com Silva, Gomes e Alvarez (2013), no levantamento nacional com o universo de 400 mil catadores, dois terços representavam a participação masculina, colocando Londrina como um município atípico. Além disso, há grande concentração da mão de obra feminina na função de Dandara de materiais, trabalho que expõem o sujeito a condições insalubres e perigosas, onde foram constatadas a presença de 62,13% dos trabalhadores alocados, nessa função. Esse percentual representa 64 pessoas, onde dessas 62 eram do sexo feminino e somente 2 eram do sexo masculino. E por fim, constatou-se que a 68,93% das pessoas envolvidas iniciaram sua

atividade laboral de forma prematura, antes dos 14 anos e em atividades da lavoura ou em casas de família.

Londrina iniciou seu processo de coleta seletiva no ano de 1996, por iniciativa dos catadores de resíduos recicláveis, os quais se organizaram sob a forma de associações. Faziam a coleta por conta própria e comercializavam os resíduos para empresas especializadas. Com o passar dos anos, com o apoio do poder público, as associações foram substituídas por cooperativas. A primeira cooperativa constituída foi a Cooper Região, que possui dois pontos entrepostos de trabalho no Município, sendo um no Jardim Bandeirantes e o outro na Vila Marizia. O estudo se ocupará em trabalhar com as mulheres negras do entreposto localizado na Vila Marizia, pois muitas integrantes participavam da atividade de catação no local antes da existência da cooperativa.

Ao realizarmos a leitura do contexto da reciclagem em Londrina entendemos a necessidade de estudar mais a fundo os fenômenos, que impulsionaram a integração no trabalho cooperativo nesse nicho de mercado, especialmente das mulheres raça negra. Considerando a situação socioeconômica brasileira, com suas mazelas sociais profundas, é inadequado pensar que os trabalhadores da reciclagem agem movidos pela pauta ambiental. Esse cenário se agrava no caso da mulher negra, que é na maioria pobre, o que acarreta a entrada prematura no mundo do trabalho, colocando-a em atividades que não exigem altos níveis de qualificação, a exemplo da catação.

Nesse contexto, foi eleita a seguinte problemática para ser trabalhada: quais as trajetórias vividas pelas mulheres raça negra, que hoje integram a cooperativa de reciclagem, Cooper Região de Londrina/PR? Para tanto, o objetivo central da pesquisa buscará compreender a trajetória histórica vivenciada pelas mulheres negra, que hoje integram a cooperativa Cooper Região de Londrina/PR.

Para alcançar o objetivo geral proposto, definimos os seguintes objetivos específicos: 1) Traçar o perfil, características e *modus operandi* da cooperativa Cooper Região; 2) Levantar a trajetória de vida das mulheres negra que integram a Cooper Região de Londrina./PR; 3) Reconhecer o contexto que conduziu as mulheres negra a atividade de reciclagem, e 4) Perceber a identificação das mulheres com o seu trabalho.

No que se refere à organização do trabalho, o mesmo foi dividido em quatro partes. Na primeira parte foi apresentada a contextualização da pesquisa, no que tange ao problema, aos objetivos, justificativas e relevância da pesquisa. Em um

segundo momento, foi desenvolvido o referencial teórico, que trabalhou com a influência da escravidão, a abolição no Brasil, o mundo do trabalho e a constituição social, focando na inserção da mulher negra nesse contexto.

Na terceira parte foi apresentado o procedimento metodológico. Neste ponto, detalhamos como foi conduzido o estudo, destacadamente a escolha do método de história de vida, bem como os critérios que usamos para escolher as participantes do estudo. Foram eleitas as categorias de análise que nortearam a pesquisa, definindo-se a forma de análise e pontuamos os limites do estudo.

Na quarta parte foi apresentada a análise dos dados, fazendo uso das categorias de análises previamente definidas e perpassadas pelo referencial teórico, que serviu de pano de fundo para a compreensão das falas das entrevistadas à luz da percepção da autora. Na quinta e última parte, foram apresentadas as Considerações Finais, onde os resultados da pesquisa foram discutidos e foram propostos estudos complementares.

## DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

### 2.1 O PROJETO DE NAÇÃO BRASILEIRA E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS, DE GÊNERO E DE TRABALHO

Para Pinsky (2006) é um equívoco dizer que os negros escravizados vieram para o Brasil, pois os mesmos não se dirigiram ao país por vontade própria, mas foram forçados, o que é uma grande diferença. Essa violência foi justificada apelando para argumentos transcendentais, como o fato de que dessa forma o negro teria a oportunidade de ter sua alma salva, já que acessaria uma cultura superior e teria a possibilidade de se converter ao cristianismo. Essa justificativa induzia, por parte das pessoas brancas, uma naturalização da violência que praticavam, uma vez que, o que estava em jogo era a salvação de almas. Por esse conceito a Igreja Católica teve forte influência no processo de escravidão, aliada à ciência que apontava, a partir de marcadores genéticos, a inferioridade dos não brancos.

De acordo com Peixoto (2008), a mão de obra negra foi primordial para substituir o trabalho indígena. A substituição foi justificada por intermédio da Igreja Católica, pois os índios foram alvo de constante evangelismo e, por consequência da “conversão” para o cristianismo, que os tirava da humilhação do trabalho escravo. Assim como os negros, a resistência dos indígenas ao escravismo imposto pelos portugueses foi intensa. Com o poder do conhecimento geográfico/espacial, a comunidade indígena enfrentava a situação arquitetando fugas, para retomar sua liberdade; esse enfrentamento gerou conflitos e guerras, onde muitos indígenas foram mortos. As mortes ocorreram também pelo contato com o homem branco, o que provocou doenças como, sarampo, varíola e gripe, doenças para as quais não possuíam defesas biológicas. Em 1570, através de uma Carta Régia, os indígenas deixaram de ser escravizados. Além disso, havia interesse mercantil, pois os portugueses necessitavam de mão de obra especializada para a produção açucareira, para a qual os negros já possuíam habilidades, pois eram responsáveis pelas lavouras exploradas por portugueses na Ilha da Madeira e em outras regiões litorâneas do continente africano. Por todos esses motivos, o tráfico de escravos Africanos se intensificou para que houvesse mão de obra qualificada e a baixo custo. (COSTA, 2016).

Desde o período de escravidão, os homens e mulheres negros foram à força motriz para o crescimento do Brasil. Inicialmente trabalhando nas plantações de cana de açúcar na região nordestina do país e, posteriormente, na lavoura de café, principalmente nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Outra importante atividade que fez uso intensivo de mão de obra escravizada foi à exploração de ouro em Minas Gerais. (NASCIMENTO, 1978).

Não é possível dizer com exatidão a quantidade de negros trazidos para o Brasil, uma vez que no governo de Rui Barbosa, todos os documentos relativos à história da comercialização de negros foram queimados. Contudo, estima-se que cerca de 4.000.000 africanos tenham sido escravizados em um país que em 1888, de acordo com o IBGE tinha 10.415.000 habitantes. Apesar da entrada involuntária do negro no Brasil, as lideranças da época, disseminaram falsas histórias, como a de que o próprio povo africano praticava a escravidão como sistema político, ou seja, eles mesmos ofertavam os seus para o trabalho escravo. Dessa forma, ao depositar a culpa/explicação da exploração no próprio negro, os portugueses procuravam livrar-se das acusações, fazendo do negro africano, simultaneamente, explorado e explorador (NASCIMENTO, 1978).

O sofrimento enfrentado pelo negro durante todo o período da escravidão perpassa a dor da exploração pelo trabalho, pois foi apartado da sua condição de humano, destituído de iniciativa e de poder de escolha. Corpos e mentes foram violados pelos açoites, xingamentos e destruição da sua subjetividade. No entanto, as diferentes formas de violência que foram submetidos por séculos não foram capazes de eliminar sua capacidade de resistência e preservação da identidade.

O processo de libertação do negro foi lento e muitas vezes dissimulado. Muitas ações que presumiam libertação, de fato o condenavam a uma vida de carências e de exclusão absoluta. Um exemplo emblemático ocorreu com a promulgação da lei de 28 de setembro de 1885, Lei dos Sexagenários ou Saraiva-Cotegipe, que determinava a libertação do escravizado ao completar sessenta anos. No entanto, poucos escravizados chegavam a essa idade, e os que porventura a alcançassem já não tinham forças para aproveitar a condição de liberdade. Além do mais, o que era pintado como libertação, de fato era mais uma forma de genocídio, visto que eram lançados à própria sorte, sem direitos ou qualquer forma de apoio. Essa dinâmica, para Nascimento (1978), não passou de uma forma de legalizar o assassinato

coletivo. Fica claro que a história de dor, luta e injustiça não se findou com a libertação do negro.

São comuns os relatos históricos que apontam a libertação como “presente” concedido pela Princesa Isabel, entendendo o fato como algo protagonizado por uma elite branca abolicionista e solidária, um tipo de concessão benfazeja. No entanto, longe de serem atores passivos no processo, os cativos atuaram de maneira ativa, resistindo, se rebelando e negociando de forma a minar as bases nas quais se sustentava a escravidão, sendo protagonistas de todo o processo e não expectadores docilizados e apáticos diante da realidade. Os homens e mulheres escravizados sempre buscaram resistir, seja através de revoltas individuais ou coletivas, fugas e na formação de quilombos espalhados por todo o Brasil.

Para a mudança dessa história, a conjugação de vários elementos foi essencial para o processo de transformação. A abolição, como já foi descrito, não se tratou de uma ação romântica protagonizada pelas elites, mas como resposta à ameaça de uma possível guerra civil que dividiria a nação. Comparações com outros processos de abolição eram inevitáveis e passaram a amedrontar as classes dominantes. Nabuco (2003) relata que a participação dos escravizados na Guerra do Paraguai, a partir do ano de 1867, foi um marco que fortaleceu o processo de abolição. O governo da época autorizou a alforria dos escravizados, de forma gratuita, desde que esses fossem para o front de combate. Essa ideia veio a partir da dificuldade de recrutar mais homens brancos para a guerra, visto que um grande número havia morrido. Assim, muitos escravizados, que já não produziam o bastante, foram vendidos para o governo, para serem soldados na guerra e outros foram enviados para assumirem o lugar dos filhos dos senhores que temiam a morte.

A ida dos escravizados para front possibilitou a formação de alianças para o fortalecimento da abolição. No campo de batalha, os combatentes brancos e negros tinham a oportunidade de dividirem experiências de vida. Nesse contexto, Nabuco (2003), compreende que apesar de truculenta, a estratégia de enviar os escravizados para guerra, contribuiu positivamente para a aceleração da abolição da escravatura. As histórias relatadas pelos ex-escravizados propiciaram a sensibilização de parte do exército, os quais se “compadeceram” da situação dos escravizados, tornando-se aliados na luta pela libertação. Essa percepção é atrelada ao heroísmo e bondade do homem branco que de forma generosa foi responsável pelo fim da escravidão.

Outra explicação para a abolição relaciona-se com a mudança de visão sobre o mercado, entendendo-se que negros consumidores seriam mais lucrativos que escravizados. Dessa forma, no século XIX começou a dominar a visão de que o escravismo era sinônimo de atraso, pois essa organização socioeconômica não gerava consumidores, o que limitava a potência da economia. De acordo com Queiroz (1973), uma parcela considerável de pequenos proprietários vivia em regime de economia fechada, destinando seus produtos ao próprio consumo, mantendo-se à margem da economia de mercado moderna. Por restringir sua produção às próprias famílias, através da utilização de técnicas rudimentares, os pequenos produtores se encontravam na contramão da ambição da onda mundial capitalista, que necessitava de produção em larga escala. Dessa forma, no olhar do capital, os povos tradicionais eram vistos como uma população que atrapalhava o desenvolvimento.

No Brasil, ao contrário do que ocorreu em outros países, o movimento adquiriu um caráter de reforma política. De acordo com Nabuco (2003), no século XIX se consolidava uma opinião pública favorável ao abolicionismo, com jornais e associações denunciando os horrores da escravidão, faltando unicamente vencer a batalha no Parlamento. Nesse contexto, o que se destaca são os movimentos necessários para a abolição. Não se tratou de boa vontade ou compaixão e sim um processo que envolveu diferentes grupos, não necessariamente escravizados, mas que entendiam a importância da liberdade como fundamento da própria dignidade humana, algo que emergia das ideias cultuadas pela Revolução Francesa e Americana e que se transformariam em fontes de pressão política, nacional e internacional.

A partir do século XIX, o Brasil passa por grandes transformações, a abolição da escravidão, que se dá formalmente, mas a nova lei não foi acompanhada de ação inclusiva. Nesse contexto os negros libertos foram entregues ao próprio “azar”, invariavelmente empurrados para a miséria e para o ostracismo absoluto. Os grandes senhores de terras entenderam a libertação dos escravizados como uma “dádiva”, pois além de não terem os custos com a dispensa do trabalho negro, poderiam escolher entre empregados negros ou brancos. Além do preconceito racial, o empregador não teve a necessidade de arcar com a infraestrutura para manter os negros confinados nos locais de trabalho. Tinham ainda como opção os assalariados estrangeiros, que possuíam conhecimentos novos que passavam a ser incorporados, aumentando a produtividade. Os trabalhadores portugueses, italianos e espanhóis

além de brancos eram capacitados, ao contrário dos ex-escravizados, que foram apresentados para um mercado de trabalho competitivo, os quais não eram preparados para este e que passam a competir em pé de igualdade. (SOUZA, 2017).

Considerando o que foi visto, pode-se achar no mínimo questionável a abertura das fronteiras do país para a inclusão de nova força laboral, já que havia agora abundância de mão de obra negra e livre. No entanto, a convivência de negros e brancos passa a nortear estudos e intervenções governamentais, que reverberam ainda hoje no cotidiano de todos.

De acordo com Nascimento (1978), emergiu no Brasil o conceito de democracia racial, alimentado pela intelectualidade da época. Esse conceito traz para o imaginário brasileiro o discurso de que o homem branco e o negro convivem de forma harmônica, onde desfrutam de igualdades de oportunidade e de existência, como se a origem racial não influenciasse a dinâmica nacional. O conceito de “democracia racial” quis trazer a ideia de coesão, uma forma de orgulho nacional e de contribuição do Brasil para o mundo.

Veja, meu caro, eu não tenho preconceitos de cor... Ora essa, entre monsieur, em nossa casa o preconceito de cor não existe!... Perfeitamente, o preto é um homem como nós...Não é por ser negro que é menos inteligente do que nós...Tive um colega senegalês no regimento que era muito refinado... (FANON, 2008 p. 106)

Essa ideia falaciosa recai particularmente sobre um dos principais pensadores da cultura brasileira, Gilberto Freyre (2003), que trouxe uma visão romântica sobre o processo de miscigenação ocorrido no Brasil. O autor compreende o envolvimento de homens brancos com as mulheres indígenas, como algo quase natural e instintivo do ser humano, uma vez que os portugueses ao chegarem ao Brasil se depararam com lindas mulheres nuas, que “por qualquer bugiganga ou caco de espelho estavam se entregando, de pernas abertas, aos “caraíbas” gulosos de mulher (Freyre, 2003, p. 35). Essa é uma fala que retrata a percepção dos portugueses em relação as índias, que não tinham sua cultura respeitada e eram interpretadas como promiscuas em suas ações. O “envolvimento” deu origem a uma população mestiça, que para o autor, foi um golpe certo do colonizador, que criou indivíduos mais resistentes ao clima tropical, servindo como estratégia para a formação de mão de obra e constituindo uma sociedade nos trópicos com características nacionais e com qualidade de permanência.

Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora. A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas. Para tal processo preparara-os a íntima convivência, o intercurso social e sexual com raças de cor (FREYRE, 2003, p. 35).

Essa visão, relativa ao início da colonização, entende as relações amorosas envolvendo homens portugueses e mulheres indígenas e/ou negras, como uma espécie de troca, de consentimento mútuo para consumação dos atos sexuais e por consequência da geração de filhos. Para Hasenbarg (1982), essa conspexção fomenta o ideal de democracia racial, pois denota ausência de preconceitos e traz um ar de igualdade de oportunidade entre negros e brancos. No entanto, esquece-se mencionar a existência de uma relação de dominação e de medo imposta pelo homem em relação à mulher, sobretudo do “senhor” sobre as mulheres escravizadas.

A ideia da democracia racial é reforçada com a figura do capitão do mato, onde alguns eram negros que ganhavam a confiança, um tipo de um feitor que exercia funções de lealdade para os senhores. Ele se encontrava entre a casa grande e a senzala, pois não tinha os privilégios dos brancos, mas não sofria os açoites dos negros. Alguns destes eram mulatos, resultado do envolvimento, na maior parte das vezes, do homem branco com a mulher negra, relação essa que poderia ser a iniciação sexual do filho do senhor, dos próprios senhores com as escravizadas ou como forma de castigo físico, caracterizando em muitos casos violência sexual. Mesmo se tratando de uma relação abusiva, essa foi uma das formas de justificar a “democracia racial” no Brasil, pois o mulato representava o resultado da união amorosa de brancos e negros, passando a ideia de que viviam todos em plena “comunhão e amor”. No entanto, o status do mulato era equivalente ao negro:

Porém, a despeito de qualquer vantagem de status social ponte étnica destinada a salvação da raça ariana a posição do mulato essencialmente se equivale aquela do negro: ambos vítima de desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercado pelo... da sociedade brasileira institucionalmente branca (NASCIMENTO, 1978, p. 69).

Nesse sentido, o <sup>1</sup>mulato se torna o primeiro passo para o processo de branqueamento sistemática do povo brasileiro, o início da tentativa de liquidação da raça negra no Brasil. Esse branqueamento envolve diretamente a exploração sexual da mulher negra, representando um fenômeno violento, do genocídio brasileiro. Com o processo de branqueamento, a cada dia, nas cidades brasileiras, eram encontrados mais mulatos, o que representava o sucesso do clareamento da população. Esse “sucesso”, foi recebido pela classe dominante, com elogios e otimismo (NASCIMENTO, 1978).

Como nos asseguram os etnógrafos, e como pode ser confirmado à primeira vista, a mistura de raça é facilitada pela prevaência do elemento superior. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, ela vai eliminar a raça negra daqui. É obvio que isso já começa a ocorrer (NASCIMENTO, 1978, p. 70).

Apesar de toda justificativa romântica da democracia racial no Brasil, Nascimento (1978), aponta que a política imigratória no Brasil apresentou uma conotação racista ao se utilizar da mão de obra europeia como instrumento de branqueamento da população, na tentativa de minimizar e, posteriormente, eliminar os negros do país, os quais davam um aspecto negativo para a nação brasileira vista como geneticamente inferior. A inferioridade foi explicitada por diversos autores estrangeiros, em especial da Europa, que passavam pelo Brasil e teorizavam suas percepções sobre o país. Essa percepção era passada para os estudiosos brasileiros que disseminavam essa visão. Os teóricos pensavam estar contribuindo para a explicação das questões geográficas, sociais e econômicas do Brasil. Assim, através de levantamentos de clima, topografia e vegetação, o autor Henry Buckle, por exemplo, convenientemente concluiu que os homens brasileiros não possuíam habilidades para alavancar o desenvolvimento do país sem o auxílio dos países europeus.

1

De acordo com Silva (2018), o termo mulato/a é refutado pelos movimentos negros brasileiros, em decorrência de seu significado linguístico e cultural. O termo deriva do latim ‘mulus’, que atualmente dá nome à animal ‘mula’, que é resultado do cruzamento de duas raças diferentes, o asno e a égua, que no XVI era considerado uma raça inferior por sua característica híbrida e impossibilidade de reprodução. Além disso, o termo representa a falsa democracia racial associada ao Brasil, representada pelo branqueado da pele e em especialmente para as mulheres, a hiperssexualização do corpo.

As afirmativas relativas à inferioridade do negro vêm da proposta eugenista, que entende a raça ariana como superior, tanto fisicamente, como intelectualmente e assim, deveria se tornar única, contribuindo para o progresso da raça humana, superando-se raças inferiores, indivíduos incapacitados, doentes, deficientes, desprovidos de beleza e não civilizados (GÓES, 2015).

“raças inferiores”, em particular a negra, deveriam ser extintas por meio da luta com as mais fortes e superiores. O processo civilizatório era tarefa da raça branca, logo, a solução para o Brasil estaria na arianização dos povos não brancos. A miscigenação não passava de uma ferramenta, um caminho para a formação da nação, e os arianos são os precursores da evolução e modernização do Brasil (GÓES, 2015, p. 100).

A citação acima demonstra que o Brasil não era visto como nação, em virtude de sua população ser majoritariamente negra, e que necessitava de uma intervenção ariana para seu desenvolvimento e modernização. Esse pensamento evidencia a estratégia para a miscigenação, ou seja, para o genocídio planejado, pois o planejamento era que dentro de um século a população negra não mais existiria em solo brasileiro. Essa estratégia é evidenciada no decreto de 28 de junho de 1890, que diz: “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho [...] Excetuados os indígenas da Ásia, ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos” (Nascimento, 1978, p. 71). Além disso, a expectativa era que a influência europeia nos valores sociais seria benéfica e auxiliaria no desenvolvimento da sociedade.

A integração do povo europeu no país foi vista como salvadora, pois seria responsável por limpar com seu sangue a mancha negra que sujava a imagem brasileira. Durante o século XX, a política deu continuidade ao processo de branquificação da população. Essa limpeza, com foco genocida, era discutida pelas lideranças do país que procuravam desenhar um futuro com uma população e raça homogêneas (NASCIMENTO, 1978).

As ações do cenário político não paravam, eram constantes as discussões e implementação de leis na Câmara dos Deputados, que impediam a entrada de pessoas de raças de cor negra no solo brasileiro. Em 18 de setembro de 1945, fim do período de ditadura, foi assinado por Getúlio Vargas um decreto-lei, de número 7967, que regulamentava a entrada de imigrantes, subordinado à necessidade de mão de

obra no país. Foi reforçado, mais uma vez que, que se deveria manter e desenvolver, as características da ascendência europeia, a fim de, contribuir na concepção étnica da população (NASCIMENTO, 1978).

A ideia de branqueamento da população foi sancionada pelos intelectuais da época, que entendiam que em cerca de um século não haveria mais negros no Brasil. João Batista de Lacerda ousou declarar, no Primeiro Congresso Universal de Raças, em Lonares, em 1911, que no ano de 2012 a raça negra não mais existiria no Brasil. Para tanto, além da ação migratória, a ordem era para deixar o negro exposto a todo tipo de vulnerabilidade, inclusive sem recursos suficientes para sua subsistência, o que agilizaria o processo de purificação racial (Nascimento, 1978).

Nos anos que se seguiram, foram realizados levantamentos estatísticos, na tentativa de mostrar o processo “evolutivo” da política de branqueamento implementada. Nascimento (1978), traz em seu texto, os números apontados por quatro censos realizados nos anos de 1872, 1890, 1940 e 1950, os quais encontram-se disponibilizados na tabela abaixo. Nos dados coletados, fica claro o aumento significativo da população branca e parda e a diminuição da população negra e o quase desaparecimento da população indígena. Apesar da grande diferença representada pelos dados estatísticos, Nascimento (1978), pede cautela na análise, já que mulatos claros se descreveram como brancos, os negros identificavam-se como mulatos, pardos ou mestiços, qualquer coisa que os colocasse em uma posição privilegiada pela ideologia dominante.

Tabela 1: A investigação étnico-racial no censo

Cor da pele	1872 (população 10 milhões %)	1890 (população 14 milhões %)	1940 (população 41 milhões %)	1950 (população 52 milhões %)
<b>Branca</b>	38,1%	44,0%	63,5%	61,7%
<b>Parda</b>	33,5%	32,4%		26,5%
<b>Preta</b>	9,3%	14,6%	14,6%	11,0%
<b>Cabocla</b>	3,9%	9,0%	-	-
<b>Amarela</b>	-	-	0,6%	0,6%

<b>Outras respostas</b>	-	-		21,2%	-
-------------------------	---	---	--	-------	---

Fonte: IBGE (Estudo e Pesquisa; Informação Democrática e Socioeconômica; nº 38, 2018)

Elaborado pela autora.

Os dados apresentados ilustram os números obtidos através da estratégia implementada de branqueamento do país. Esses números foram encarados pelas lideranças como sucesso do projeto, pois além de deixar o país mais claro e por consequência mais “bonito”, foi implantado no imaginário social que ser branco é melhor. No entanto, não há como provar pela cor da sua pele sua descendência, pois os mestiços, por exemplo, possuem sangue negro e/ou indígena, ainda que uma quantidade mínima. Portanto o que tivemos aqui foi única e exclusivamente uma manobra de mascarar um país negro travestindo-o de branco.

A classificação e estigmatização do sujeito pela sua cor foi uma violência imensurável para a população negra, mestiça e indígena brasileira, que em grande parte, talvez não saiba dessa violação, bem como não compreendem sua posição na sociedade, pois as mesmas têm seus direitos negados através da manipulação de uma elite que busca para si e para seus iguais a manutenção de uma sociedade conservadora a fim de perpetuar privilégios culturais, políticos e sociais, que produzem a manutenção da classe média possuindo a força de trabalho da população pobre e preta.

## 2.2 A RALÉ BRASILEIRA

Jessé Souza (2017) chama a população composta por negros, mulatos e mestiços de “ralé brasileira”, que para ele se constituiu a partir da liberação dos escravizados, que por falta de opção e necessidade de subsistência adentraram as lavouras em busca de trabalho em troca de alimento e, nos grandes centros, se alocaram em favelas, onde foi selado seu destino de abandono. Nesse momento, há a constituição de uma classe marcada por uma modernização seletiva e desigualdade brasileira.

A partir dessa premissa, Souza (2009), faz uma importante análise da realidade brasileira e de forma particular ao relacionar a divisão de classes e a desigualdade social, não somente pela ótica da acumulação do capital, mas observando as relações

sociais, por meio, da constituição familiar. Para ele, a ralé brasileira se mantém pelo processo de reprodução de valores que é passado de geração em geração, através de contínua união de pessoas da mesma classe social, que por sua vez repassa o que foi aprendido no íntimo dos seus lares para seus filhos. Para o autor, essa é uma dinâmica simbólica e velada, não é algo constituído como uma regra, mas acontece no interior das casas, onde a classe média passa valores morais aos seus entes e esses são repassados para a sociedade. No entanto, a ralé atual, não surge em decorrência de circunstâncias produzidas no momento, mas vêm de um processo de cerceamento de direitos, negados aos negros escravizados no Brasil.

A cultura da união de indivíduos pertencentes à mesma classe social, denominada como classe média pelo autor, aponta, ainda que indiretamente, para política eugênica, que contribuiu para o plano de branqueamento do país, que propunha a “elevação” do povo brasileiro através da miscigenação. Góes (2018) ao falar da eugenia pontua que:

A ideologia calcada na eugenia preconizava o isolamento e a extinção daqueles concebidos como “feios”, “sujos”, “disgênicos”, em suma, os classificados como anormais, logo, a eugenia está presente enquanto um componente importante para responder as contradições no seio da sociedade de classes (GOÉS, 2018 P. 193)

Ao pensar na teoria proposta por Souza (2009), notamos que não existe um afastamento da política eugênica, pois no Brasil ser negro é praticamente sinônimo de ser pobre assim a classe média, aqui mencionada, é constituída por pessoas brancas da elite que herdaram, juntamente com suas riquezas, os valores que as fizeram. Todo esse processo de reprodução geracional ocorre para que haja a manutenção de seus privilégios, de forma a disseminar a hegemonia da cultura europeia, cristã e branca, que se consagra a partir dos casamentos erigidos pela classe média.

Para o negro, sem a oportunidade de competir com chances iguais na nova ordem social, restavam os interstícios do sistema social: a escória proletária, o ócio dissimulado e a criminalidade fortuita. Ao perderem a posição de principal agente do trabalho, os negros perderam também qualquer possibilidade de classificação social. A ação concomitante da extinção das estratégias de acomodação do passado, que propiciaram a negros e mulatos ocupações compensadoras e até nobilitantes, mostra

o grau dramático, para esse setor, da nova configuração de vida econômica (SOUZA, 2017 p. 48).

Dessa forma, o negro passa ter sua mão de obra animalizada, pois é reconhecido como trabalhador braçal, desqualificado, onde mesmo os brancos pobres os evitavam. O olhar para o trabalho deve mudar para o negro, uma vez que anteriormente, sua atividade laboral era vista como desumanizadora e inferior, e agora deve ser visto como virtuoso e digno. Essa mudança se constitui socialmente, quando consideramos a entrada do trabalhador branco assalariado no cenário, mas não há alterações relevantes no modo de trabalho (SOUZA, 2017).

Para Souza (2017), o capitalismo trouxe para a sociedade brasileira uma “ordem moral” singular, como visto na escravidão, a distinção de status era realizada pela sua origem e seu fenótipo, quanto mais clara a pele, melhor era sua colocação social. Hoje temos a produção da desigualdade disfarçada sob uma ordem não transparente aos indivíduos que atuam nela, pois sua atuação já se tornou natural à sociedade. O não conhecimento da hierarquização moral, que o preconceito estabeleceu, substituindo a escravidão, legitima as formas atuais de privilégios, bem como, o preconceito que marginaliza e oprime, em forma de violência aberta ou muda.

Dessa maneira a produção da desigualdade vem desde o berço deixando marcas geracionais, tanto do opressor como do oprimido, que é reprimido de forma consciente e inconsciente, que perpetua o estereótipo do negro perigoso, que humilha e afeta a alma do indivíduo tornando-o, assim, cúmplice de sua própria dominação, produzindo uma ralé, que não se adaptou à sociedade moderna e permanece excluído, a recebendo assim como herança (SOUZA, 2017).

[...] como a escravidão exige a tortura física e psíquica cotidiana como único meio de dobrar a resistência do escravo a abdicar da própria vontade, as elites que comandaram esse processo foram as mesmas que abandonaram os seres humilhados e sem autoestima e autoconfiança e os deixaram à própria sorte. Depois, como se não tivessem nada a ver com esse genocídio de classe, buscaram imigrantes com um passado e um ponto de partida muito diferente para contraporem o mérito de um e de outro, aprofundando ainda mais a humilhação e a injustiça. Esse esquema funciona até os dias de hoje sem qualquer diferença. Esse abandono e essa injustiça flagrante é o real câncer brasileiro e a causa de todos os reais problemas nacionais (SOUZA, 2017 p. 51).

Com a manutenção dessa dinâmica, notamos que há uma reprodução da história que vem se perpetuando há séculos em nosso país. Isso contribui para a

construção e manutenção da “ralé brasileira”, que é composta por pessoas, que por lei possuem direitos, mas são politicamente desprovidas deles em virtude da falta de empoderamento que advém do discurso impregnando, que coloca o negro como inferior e naturaliza a sua posição como subalterno. No mundo do trabalho vemos com clareza a violação do direito da “ralé”, que teoricamente pode trabalhar na função que desejar, mas através da falta de alimentação, saúde e educação adequadas, não conseguem competir em pé de igualdade como boa parte da população, restando para esses trabalhos indesejados.

### 2.3 ANALISANDO O SIGNIFICADO DO TRABALHO

Albornoz (2000), apresenta uma larga discussão no que concerne ao trabalho braçal trabalho intelectual, colocando as duas ações como opostas ao invés de colocá-las como complementares. O trabalho humano é distinto do trabalho realizado pelos animais, pois o homem trabalha com consciência e intencionalidade em suas ações, diferentemente dos animais que agem por instinto, de maneira programada e sem consciência. Outra característica singular do trabalho humano é a sua complexidade e potencial liberdade.

O trabalho é algo inerente ao ser humano como atividade pensada. Inicialmente o homem utilizava os recursos naturais apenas para tirar o necessário para sua subsistência. Através da pesca, da caça e colhendo os frutos das árvores provia sua alimentação. Os bens eram para uso próprio, não existiam bens de troca e nem de acumulação. Posteriormente à fase da coleta, desenvolveu-se a agricultura, que possibilitou o aumento da produção a ponto de gerar excedentes que poderiam ser trocados entre tribos, com vantagens generalizadas (ALBORNOZ, 2000).

Após a coleta e o surgimento da agricultura, Albornoz (2000) evidencia um terceiro momento em que a divisão do trabalho, contrapõe ao início da propriedade privada, em que os donos das terras subjagam os demais, surgindo os servos, camponeses e/ou escravos. Essa situação tem por objetivo principal, a manutenção da guerra e o sustento do ócio dos proprietários das terras. O excedente faz com que o comércio se intensifique, substituindo a troca pela introdução da moeda como mediadora do comércio. Os comerciantes melhores sucedidos empregavam

trabalhadores e aos poucos estabeleceram uma hierarquização baseada no dinheiro ou no mercado.

A partir dos o século XVII, a burguesia ganhou força e passou a ditar as regras da nova estrutura social dominante, o capitalismo. A sociedade passou a se dividir entre capitalistas (donos dos meios de produção) e trabalhadores que por não terem capital, vendiam a única coisa que possuíam, sua força de trabalho, transformada em mercadoria. Com o desenvolvimento tecnológico e a grande oferta de trabalhadores no mercado capitalista nem todos conseguiram ser admitidos, o que ampliou o poder dos donos do capital e exploração sobre os operários (ALBORNOZ, 2000).

O capitalismo passa cada vez mais a buscar e aplicar os conhecimentos científicos à produção. A busca por conhecimentos tecnológicos não tem somente um caráter desinteressado em termos de ganhos financeiros, mas transforma-se em força motriz para a acumulação de capital. Ao processo que fez convergir tecnologia com a nova configuração econômica passou a ser conhecido por Revolução Industrial e se dividiu em três momentos: A chamada primeira revolução industrial iniciou-se impulsionada pela invenção da máquina a vapor; a segunda revolução industrial foi marcada pela eletricidade e a terceira revolução em meados dos anos de 1950 decorreu das descobertas no campo da tecnologia de informação (ALBORNOZ, 2000).

Com a revolução tecnológica em suas diferentes etapas, o mundo passou a enfrentar mudanças profundas e extremamente rápidas na estrutura social e, por consequência, na dinâmica do trabalho. O trabalho autônomo é obrigado a dar espaço às grandes corporações que passam a empregar um grande contingente de pessoas para a produção em série. Essa automação nos meios de produção se torna presente também no campo, o que provoca o êxodo rural e alimenta as grandes metrópoles com novos trabalhadores, que nem sempre conseguem emprego, o que faz os problemas sociais crescerem em ritmo exponencial.

Contudo, o sistema econômico em vigor não possibilita a existência de emprego para todos, deixando pessoas fora do mercado formal de trabalho. Nesse contexto, alternativas de inserção no mundo do trabalho são pensadas pelos excluídos. Uma das alternativas vem sendo o trabalho com material reciclável. Observa-se o crescimento de trabalhadores na coleta de resíduos, intimamente relacionado com o aumento do desemprego e da precarização do trabalho a partir dos anos de 1990.

Nesse momento a rua se tornou local de trabalho para muitos dos excluídos. Torna-se comum encontrar homens, mulheres e crianças empurrados para o mercado informal da catação de lixo ou de material reciclável, em virtude da não necessidade de capacitação técnica (Gorban, 2004). Outro ponto a ser considerado, é que boa parte dos trabalhadores desse segmento são oriundos do campo, onde normalmente tiveram sua primeira experiência de trabalho, a qual não exigia uma qualificação formal. Ao se transferirem para a cidade depararam-se com as demandas do novo mercado de trabalho para as quais não estavam preparados, sujeitando-se às piores funções como forma de sobrevivência (BOSI, 2008).

Medeiros e Macedo (2006) defendem que os trabalhadores catadores são exemplos dessa exclusão extrema. Os autores destacam que se trata de uma forma de inclusão perversa, fruto da falta de alternativas e sujeita a toda sorte de riscos e de exploração. Portanto, para Sawaia (1999), os termos “incluídos” e “excluídos” são da mesma substância e indissociáveis, pois a mesma sociedade que inclui, exclui os indivíduos. Dessa forma, interpretar o sentido do trabalho para o catador de material reciclado é fundamental para compreender o comportamento desse trabalhador num mundo pós-moderno, “no qual a dimensão profissional ainda tem papel fundamental para a formação da identidade e para o bem-estar das pessoas” (CAVAZOTTE LEMOS e VIANA, 2012, p. 165).

A situação, acima relatada, se agrava quando pensamos na posição da mulher no mundo do trabalho. Essa realidade é reforçada sobremaneira quando falamos da mulher negra, pois além dos estigmas e preconceitos já vividos pelas mulheres brancas, as mulheres negras enfrentam a discriminação associada a sua cor da pele. É notória a posição ocupada por estas mulheres que invariavelmente ocupam a base da pirâmide socioeconômica, ocupando as piores vagas de trabalho, empurradas para subempregos, com menores salários e oportunidades de ascensão do que os homens.

#### 2.4 A MULHER NEGRA NO MUNDO DO TRABALHO

Ao olharmos para trás, ao longo da formação e do desenvolvimento da agricultura, as civilizações foram surgindo e ganhando força. Nesse contexto, se desenha a figura da sociedade patriarcal onde os aspectos relacionados aos sistemas de gênero se fortalecem, definindo as funções inerentes às mulheres e aos homens.

O homem assumiu o papel de provedor e a mulher de cuidadora da casa e dos filhos. Com isso, os papéis exercidos por homens e por mulheres, passam a ser colocados em patamares diferentes, não por determinismos biológicos, mas culturais (STEARNS, 2010).

Para as mulheres negras a realidade foi diferente. Davis (2016), descreve as condições de trabalho das mulheres negras nos Estados Unidos e afirma que o trabalho ocupa um grande espaço na vida das mulheres negras, reproduzindo um padrão estabelecido desde os primeiros anos da escravidão, “como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório”. (DAVIS, 2016, p. 17)

As mulheres eram vistas como unidades de trabalho lucrativas podendo ser desprovidas de gênero, desenvolvendo as atividades, na maior parte dos casos, na lavoura, trabalhando desde o amanhecer até o pôr do sol, sob a ameaça do açoite.

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p.19)

Com a abolição da escravatura as mulheres negras passaram a ocupar os serviços domésticos, entendendo-se que sua cor era condizente com essas funções, traço que remetia à escravidão. No entanto, não lhes era dada a possibilidade de escolha. Poucas mulheres negras fugiam a essas funções e conseguiam acessar posições superiores ou conseguiam salários melhores (DAVIS, 2016).

O trabalho doméstico não era bem-visto e desejado pelas mulheres brancas, mesmo as estrangeiras. Dessa forma, as mulheres negras acabavam por contar com uma certa reserva de mercado nessa posição laboral, sofrendo menos com a falta de trabalho do que os homens negros. Essa situação pode explicar os fenômenos, ainda hoje vividos, da “matricialidade”, onde a mulher representa a estabilidade econômica e social das famílias das periferias pobres das cidades brasileiras (SOUZA, 2017).

A discussão da inserção da mulher no mundo do trabalho não considera o fato das mulheres negras sempre terem exercido funções laborais, mesmo que exploradas e/ou escravizadas. Os papéis sociais que apontavam o externo para o homem e os

cuidados domésticos para as mulheres, com o passar dos anos, foram questionados por algumas mulheres, o que produziu embates em prol de igualdade de gênero nos diferentes espaços sociais e especialmente no mundo do trabalho. As conquistas das mulheres, principalmente brancas, se deram por meio da organização e luta dos movimentos feministas espalhadas pelo mundo (Nogueira, 2001). A ONU-Organização das Nações Unidas- em 1975 constatou em seu relatório anual, que independente do grau de desenvolvimento econômico dos países estudados, as mulheres eram tratadas com inferioridade. Diante do fato, entre os anos 1975 a 1985, foi intitulada pela ONU a “Década da Mulher”, como uma forma de superar esse problema. No entanto, após uma década foi percebido que no Brasil, a situação se modificou, mas para pior, com índices mais altos de desigualdade. Essa se revela, quando os dados analisados mostram que a mulher dificilmente acessa cargos de chefia, ganha salários mais baixos, possuem menos acesso às garantias trabalhistas. Foi percebido também, que uma das formas de discriminação da mulher no mercado de trabalho, está vinculada ao seu papel prioritário de reprodução e tarefas domésticas, instituição essa definida socialmente (SIMÓN, 2007).

De acordo com o IBGE o número de horas dedicadas ao trabalho de homens e mulheres tem uma importância significativa na inserção ocupacional. Em virtude da divisão sexual do trabalho as mulheres têm culturalmente por obrigação conciliar o trabalho remunerado com os afazeres domésticos, o que acaba reduzindo a carga horária do trabalho externo feminino, elevando o porcentual de trabalhadoras com trabalho parcial de até 30 horas, diminuindo proporcionalmente seus ganhos financeiros.

TABELA 2- Média de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoas ocupadas, por sexo (horas semanais).

Grupos de idade	Total	Homem	Mulher
<b>14 a 29 anos</b>	12,6	9,6	15,8
<b>30 a 49 anos</b>	14,7	10,9	18,8
<b>50 a 59 anos</b>	14,5	10,5	19,2
<b>50 a 59 anos</b>	14,2	10,8	19,3

Fonte: IBGE (Estudo e Pesquisa; Informação Democrática e Socioeconômica; n° 38, 2018)

Elaborado pela autora.

Analisando a tabela acima apresentada, percebemos que existe uma grande diferença entre homens e mulheres no que tange aos afazeres domésticos e aos cuidados com pessoas. Nesse quesito, as mulheres têm maior responsabilidade. Essa é uma dinâmica que é culturalmente constituída, pois existe a associação da figura feminina com os afazeres domésticos, até mesmo na sua colocação no mercado de trabalho, que constantemente associa profissões que exigem cuidados com a imagem de mãe, classificando os trabalhos destinados a homens e a mulheres.

De acordo com a tabela 3, notamos que na vida pública e em cargos gerenciais, a presença de mulheres se torna ainda mais diminuta, deixando evidenciada a existência da *pirâmide da exclusão salarial*, fortalecida por políticas empresariais discriminatórias, pois à medida que os salários vão aumentando, diminui o número de mulheres nas funções.

Tabela 3: Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil

Fator	Homem	Mulher
<b>Tempo dedicado aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos.</b>	10,5%	18,1%
<b>População de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo.</b>	20,7%	23,5%
<b>Taxa de frequência no ensino médio.</b>	63,2%	73,5%
<b>Representação pública.</b>	89,5%	10,5%
<b>Cargos gerenciais.</b>	62,2%	37,8%
<b>Diferença de rendimentos.</b>	R\$ 2.306,00	R\$ 1.764,00

Fonte: IBGE (Estudo e Pesquisa; Informação Democrática e Socioeconômica; n° 38, 2018)

Elaborado pela autora.

Os homens permanecem com vantagens no mercado de trabalho mesmo quando temos a mulher com maior qualificação profissional.

Os resultados mostram que, em média, as mulheres superam os homens nos indicadores educacionais analisados. Entretanto, há considerável desigualdade entre mulheres brancas e mulheres pretas ou pardas, evidenciando que a cor ou raça é fator preponderante na desvantagem educacional, mesmo entre as mulheres que mais se beneficiaram da crescente escolarização: a diferença entre homens brancos e mulheres pretas ou pardas que conseguiram completar o ensino superior ainda é superior a 10 pontos percentuais. Independentemente de as mulheres apresentarem os melhores resultados educacionais em média, elas ainda não alcançaram resultados compatíveis com sua qualificação no mercado de trabalho. (IBGE, 2018 p. 7).

Contudo existe o contexto da mulher negra, que suscita a discriminação racial, tornando uma dupla discriminação, escancarada, porém naturalizada, que apesar das características próprias e dos impactos devastadores que se perpetuam na história, pouco tem sido investigado. Segundo Davis (2016), as mulheres negras escravizadas eram desprovidas de gênero no que tangia ao trabalho, pois tinham as mesmas exigências dos homens, tinham que apresentar o mesmo desempenho, sem considerar a estrutura física, até mesmo as grávidas tinham que trabalhar até o momento do parto. Além de todos os sofrimentos físicos, que lhe eram impostos, o abuso sexual era uma prática rotineira.

Com o advento do feminismo enquanto movimento social mais abrangente e com as hegemonias presentes no movimento, as mulheres não brancas passaram a exigir uma leitura do “ser mulher”, que levasse em consideração a raça, etnia, classe e sexualidade, contemplando os impactos dos fatores culturais e históricos no processo de produção de experiências e identidade da mulher. As feministas brasileiras apoiam-se nesse olhar para desenvolver suas pesquisas, mas infelizmente ainda há ausência de estudos que associam gênero e raça no Brasil. A ausência talvez se explique, pois a maior parte das pesquisadoras que consideram esse recorte são realizadas por mulheres negras e essas são a minoria na contribuição científica acadêmica (CALDWELL, 2000).

Além das questões de gênero no Brasil, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, existe uma forte relação dos níveis de pobreza com as questões raciais, apresentando assim um tripé da exclusão.

De acordo com Biroli e Miguel, (2015) tanto gênero como a raça exercem efeitos quanto a possibilidade de um indivíduo se encontrar em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade. Dados apresentados em seu estudo apontam que a renda per capita média dos domicílios chefiados por mulheres brancas é 90% maior que

aqueles chefiados por mulheres negras. Ainda para os autores as desvantagens em relação à renda incidem sobre determinadas mulheres e “gênero, raça e classe produzem conjuntamente as hierarquias que colocam mulheres negras em posição de maior desvantagem” (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 41)

Os autores sugerem que a convergência entre as variáveis de gênero, classe e raça estabelece uma pirâmide cuja base é formada por mulheres negras seguida por homens negros, mulheres brancas e no topo homens brancos.

Com uma maior absorção de mão de obra no trabalho formal, no Brasil dos anos 2000, os homens brancos tiveram um maior deslocamento do trabalho precário para o formal, seguido pelos homens negros, enquanto que as mulheres negras se concentraram, em sua maioria, no mercado informal de trabalho.

É importante lembrar que a pobreza dessa população faz parte de um projeto político de humilhação social e extermínio. Os dados da OIT revelam que em cada dez pessoas em situação de pobreza oito são negras. Com isso, notamos que no Brasil a pobreza tem sexo e cor, pois as mulheres e os negros sofrem mais preconceito. A negra pobre tem ainda mais desvantagens nos indicadores de mercado por sofrerem preconceito pela cor, pelo gênero e pelo status social. Para essa população as taxas de desemprego são maiores, os ganhos financeiros menores e estão inseridas no mercado de trabalho nas funções mais precárias, dando destaque ao serviço doméstico e para trabalhos familiares não remunerados (SIMÓN, 2007).

Para Biroli e Miguel (2015), para as mulheres brancas e altamente escolarizadas há o acesso a campos como a medicina, a arquitetura, a engenharia e o direito, em outro polo se encontram as mulheres de maioria negras e pouco escolarizadas que exercem trabalho doméstico remunerado, apoiando as primeiras para que sua atividade profissional se torne possível.

Tabela 4: Estatísticas de raça: indicadores sociais das mulheres no Brasil

Fator	Mulher Branca	Mulher Negra
<b>Tempo dedicado aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos.</b>	17,7%	18,6%
<b>População de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo.</b>	23,5%	10,4%
<b>Taxa de frequência no ensino médio.</b>	80,1%	69,3%
<b>Cargos gerenciais.</b>	60,9%	39,1%

Fonte: IBGE (Estudo e Pesquisa; Informação Democrática e Socioeconômica; n° 38, 2018)

Elaborado pela autora.

Estudos revelam que existe a chamada segmentação racial, que estigmatiza a imagem da mulher negra no mercado de trabalho. Nessa perspectiva funções como vendedora, recepcionista e secretária são mais ocupadas por mulheres brancas ou amarelas. O mesmo acontece nas áreas técnico científicas, nas artes e administrativas, onde os salários são mais altos e as atividades desenvolvidas são consideradas nobres. Para as mulheres negras o mercado culturalmente reserva os guetos da subalternização e nas atividades manuais. As atividades com maior representação da mulher negra são: serviços domésticos, servente, cozinheira e lavadeira/passadeira (BENTO, 1994).

## 2.5 DIMENSÃO SOCIAL DA SUSTENTABILIDADE

O Relatório Brundtland, em 1987, tornou-se um marco para o desenvolvimento sustentável, uma vez que para a elaboração do documento foram realizadas inúmeras discussões em torno da temática e acordos internacionais foram firmados a fim de tentar equacionar desenvolvimento econômico, social e equilíbrio ambiental. A definição mais utilizada de desenvolvimento sustentável foi apresentada no Relatório de Brundtland “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a

possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 19).

O desenvolvimento sustentável vai além da preservação de recursos naturais para as próximas gerações, envolve outras dimensões essenciais à perpetuação da vida. O economista Ignacy Sachs (2002) propõe as seguintes dimensões para que o desenvolvimento possa ser considerado sustentável: 1) *ambiental* que discute a preservação e restauração natural do meio ambiente; 2) *social* que busca melhor qualidade de vida e distribuição de renda, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais; 3) *econômica* que trabalha o desenvolvimento econômico intersetorial, com inovação continuada; 4) *cultural* que se relaciona à preservação da identidade local e regional; 5) *espacial* que pensa em uma configuração balanceada entre rural e urbano, centro e periferia; 6) *política nacional* busca que o povo se aproprie das decisões de forma democrática; 7) política internacional que visa prevenir guerras, garantir a paz, a cooperação internacional na ciência e na tecnologia, gestão e proteção do meio ambiente, da diversidade biológica, cultural e dos recursos naturais.

Para o Brasil e outros países subdesenvolvidos esse olhar foi de suma importância, pois acreditava-se que o desenvolvimento aconteceria de forma natural a partir do desenvolvimento econômico como um efeito cascata. No entanto o principal indicador de desempenho usado pelas nações do mundo, o Produto Interno Bruto (PIB), não inclui a distribuição de riqueza e nem os impactos da produção sobre o meio ambiente. Essa omissão cria enormes distorções na avaliação do desenvolvimento de cada país ou região e pode nos levar ao abismo.

Nesse sentido a contribuição dos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), se tornou um marco para a ampliação da percepção sobre desenvolvimento. O IDH passou a considerar não somente a renda per capita, mas também a expectativa de vida ao nascer e indicadores ligados à escolaridade da população. Avançou-se em relação à percepção tradicional restrita a aferir produção, sem considerar os efeitos desta sobre a qualidade de vida da população. Contudo, também o IDH é limitado e induz ao erro, pois não considera a questão ambiental em seu cálculo.

Mesmo com a melhoria trazidas pelo IDH na avaliação socioeconômica no Brasil, segundo Batista (2004), existem dois tipos de mortes: a morte morrida e a “morte desgraçada. Na primeira, as pessoas são acometidas de doenças naturais que

atacam o organismo. E, na segunda, a morte chega por meio de doenças infecciosas, nutricionais, na gravidez e no parto. Dados coletados em São Paulo entre 1999 e 2002, mostrara que a “morte desgraçada” tem a cor negra. Vejamos as doenças que mais causaram morte considerando a raça:

Branco, óbitos cujas causas características são em ordem decrescente de importância, neoplasias, aparelho circulatório, aparelho respiratório, sistema nervoso, congênitas, perinatal, aparelho geniturinário, aparelho digestivo, endócrinas e nutricionais, ossos, pele, doenças do sangue;

Pretos, óbitos cujas causas características são em ordem decrescente de importância, causas externas, infecciosas, mal definidas, transtornos mentais, gravidez e parto, endócrinas e nutricionais;

Pardos, óbitos cujas causas características são em ordem decrescente de importância, causas externas, infecciosas, transtornos mentais, gravidez e parto, perinatal (BATISTA, 2004, P. 633)

Percebe-se que as doenças que levam negros e pardos à morte, acontecem por elementos externos, enquanto que as doenças que os brancos são acometidos são de ordem interna. Essa relação ocorre pela maior vulnerabilidade social que os indivíduos negros e pardos são submetidos, como aponta Sen (2010), esta situação ocorre por uma falta de liberdade substantiva, ou seja, não é dada opção ou alternativa para o indivíduo de cor negra para escolher o seu próprio caminho, uma vez que este já está traçado e lhe é imposto à força.

Para Sen (2010) a falta da liberdade substantiva, que propicia o acesso às necessidades básicas de forma igualitária, limita a atuação livre do cidadão, pois com deficiência na educação, moradia, tratamento médico e alimentação, o indivíduo tem uma expectativa de vida menor, com condições degradantes influenciando até mesmo na sua condição de participação política. Dessa forma, a condição de pobreza extrema contribui para a privação de outras liberdades. Para ele:

O que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas (SEN, 2010, p. 18).

Os ganhos relativos aos novos conceitos vinculados ao desenvolvimento sustentável e ao IDH foram e têm sido de grande contribuição para a mensuração mais justa do desenvolvimento de um país. A forma reducionista de somar a riqueza

produzida por um país e dividir pelo número de habitantes para estabelecer seu crescimento não revela a destinação de riqueza real. Há necessidade de olhar para âmbitos, antes ignorados pelos gestores públicos. Os pontos não vistos anteriormente revelam as mazelas encontradas em países com má distribuição de renda. Apesar de ter ocorrido substanciais mudanças, ainda existem pontos não contemplados, como, por exemplo, as questões raciais que influenciam diretamente na distribuição de renda de países com colonização escravagista, como é o caso do Brasil. Assim, a maioria da população brasileira ainda encontra dificuldade para exercer sua liberdade política, seu poder social e suas condições habilitadoras, pois o Estado ainda não percebe ou não admite particularidades que definem sua população para pensar e aplicar as políticas públicas de forma equitativa.

A dimensão social da sustentabilidade é de grande relevância para a compreensão da sociedade brasileira, bem como para a busca de alternativas para sanar problemas estruturais para o alcance de um desenvolvimento sustentável. Para Sen (2000), a dimensão social objetiva a igualdade de condições a bens para uma vida digna onde esse objetivo só será alcançado através da extinção da pobreza e do fim da negligência do poder público. Essa é uma busca incessante pela equidade na distribuição de renda, reduzindo o abismo social existente. Para TARREGA e PEREZ (2007):

O desenvolvimento sustentável engloba mais que crescimento econômico e proteção ambiental, ele é calcado também na ideia de equidade social e bem-estar, que constitui o seu terceiro pilar. Já foi reconhecido que tanto a pobreza como a riquezas extremas pressionam o meio ambiente. Portanto, ao se falar em desenvolvimento sustentável, deve-se considerar também o desenvolvimento social, afinal, é plenamente possível que o crescimento econômico coexista com a pobreza disseminada. Ademais, com o desenvolvimento social as pressões sobre o meio ambiente diminuem, na medida em que o uso sustentável dos recursos naturais auxilia a realização da equidade social. (TARREGA & PETEZ 2007, p. 21)

Através do conceito de desenvolvimento sustentável, a sociedade tem sido obrigada a perceber o todo. Como vimos as premissas em que se apoiam esse conceito, são diversas, distintas, porém complementares, pois buscam a aplicação de boas práticas nos âmbitos ambientais, sociais e econômicos, a fim de garantir o desenvolvimento de forma mais equitativa. Essa percepção deixou de ser uma

escolha, pois as ações individuais afetam o coletivo. Infelizmente ainda necessitamos de leis que normatizem nossas ações para que o planeta não entre em colapso. Sabemos, no entanto, que existe uma fatia menos favorecida que sofre as maiores consequências do desenvolvimento desenfreado. Nesse sentido há a necessidade de um olhar mais cuidadoso com relação a esses sujeitos. Isso tem acontecido através das políticas públicas que buscam preparar as pessoas para esse novo pensar de forma a emancipá-las. Mas o processo emancipatório das políticas públicas é pensado por pessoas que não necessitam dessas intervenções e não compreendem as necessidades, o que nos faz continuar com programas e projetos não exequíveis, pois a população não se percebe no contexto apresentado.

A inserção do sujeito no mundo do trabalho é uma das formas de emancipação, pois através do trabalho tem a possibilidade de sustentar a si e sua família, tornando-o autônomo. A emancipação está relacionada a se tornar consciente de suas vivências e escolhas, o que no campo profissional significaria poder escolher sua ocupação, seja por habilidades, realização profissional ou financeira. Hoje nossa sociedade propicia essa realidade para poucos privilegiados e para a grande massa resta enquadrar-se nas vagas ofertadas pelo mercado de trabalho, o que ainda é uma realidade positiva, pois há inserção no meio produtivo. Já para outros o que resta é a marginalização do trabalho, apoiada pelo governo que tem incentivado as atividades econômicas de cooperativas de reciclagem para potencializar a inserção da população no meio produtivo, argumentando que assim haverá o “protagonismo do sujeito”, que mais uma vez, não se manifesta pelo sujeito, mas pelo sistema que o excluí.

## 2.6 COOPERATIVISMO E A RECICLAGEM

O fortalecimento das comunidades potencializa o desenvolvimento local, que por sua vez entra como forte aliada no combate à fome e à miséria. Uma forma de empreendimentos mais sustentáveis que contribuem para a geração de trabalho e renda são as cooperativas, que para Kreutz (2004), é a união voluntária de pessoas autônomas para satisfazer suas aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade coletiva democraticamente gerida. A cooperativa de produção, que consiste na associação de trabalhadores

incluindo os administradores, planejadores, técnicos, entre outros profissionais, tem por objetivo produzir bens e serviços para serem vendidos no mercado.

Segundo Schmidt e Perius (2003) o cooperativismo é baseado nos valores da solidariedade, ajuda mútua, participação, democracia e autonomia. As cooperativas são associações de pessoas que se unem de forma espontânea e continuada para fins de interesse social, cultural e econômico coletivo. As cooperativas são regidas por valores e princípios cooperativos. São sete os princípios que regem o cooperativismo no Brasil e no mundo, a saber; (SCHMIDT & PERIUS, 2003):

1) Associação voluntária e aberta: Cooperativas são organizações voluntárias abertas, pois todas as pessoas que estão aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócios, sem discriminação social, racial, política ou religiosa e de gênero, podem participar dessa iniciativa;

2) Controle democrático dos membros: As cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, que participam de forma ativa na tomada de decisão e na formação de suas políticas. Os homens e mulheres eleitos como representantes são responsáveis para com os sócios, esses têm igualdade na votação;

3) Participação econômica dos membros: Os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. As sobras são destinadas aos seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas, possibilitando a formação de reservas, parte dessas podendo ser indivisíveis; retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios;

4) Autonomia e independência: As cooperativas são organizações autônomas para ajuda mútua, controladas por seus membros. Entretanto, havendo acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que preserve o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia;

5) Educação, treinamento e informação: As cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação;

6) **Cooperação entre cooperativas:** as cooperativas devem fortalecer o movimento cooperativo como um todo, criando redes cooperativas e privilegiando empreendimentos congêneres, tanto a nível local/regional como nacional e internacional;

7) **Preocupação com a comunidade:** As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas por seus membros.

As cooperativas de reciclagem, possibilitam intervenções diretas no âmbito social, ambiental e econômico, pois ao mesmo tempo em que geram trabalho e renda, propiciam aos cooperados acesso ao conhecimento, integração social, cultural e política, trazendo benefícios para o desenvolvimento das pessoas e comunidades, impactando toda a sociedade. As cooperativas de reciclagem notabilizam-se, ainda, por trabalharem diretamente com a questão ambiental, reduzindo o impacto sobre o planeta.

## 2.7 RECICLAGEM EM LONDRINA

Entre os anos de 1996 a 2001, Londrina contou com “frentes de trabalho” que se ocupavam em realizar a coleta seletiva do município. Esses trabalhadores realizavam a Dandara dos materiais recicláveis coletados na cidade, em um centro de triagem, onde os materiais eram selecionados e estocados para venda. Os trabalhadores recebiam um salário fixo pago pelo município, não importando a variação de volume coletado. (Lima, 2007). Existiam também 35 postos de entrega voluntária instalados em pontos estratégicos do município.

Essa dinâmica dura aproximadamente cinco anos, quando em 2001 é lançado um novo olhar para a atividade. O município identifica os catadores que atuam na cidade, a fim de profissionalizá-los e promover a formação de Organizações não Governamentais (ONG's) especializadas na catação de materiais recicláveis. Essas tinham por responsabilidade realizar a coleta seletiva na cidade através da metodologia porta a porta. Após a coleta, era realizada a Dandara e a comercialização dos resíduos. Na época foi utilizada a estratégia de entregar sacos verdes para a população no intuito de incentivar a adesão. Todo esse processo foi apoiado pelo projeto Mil ONG's desenvolvido no município que ofertava suporte técnico para a

criação de ONG's. Além disso, existiam também a CEPEVE (Central de Prensagem e Vendas) e a COMAREL (Conselho das Organizações dos Profissionais da Reciclagem dos Resíduos Sólidos de Londrina), que atuavam no apoio e organização das ONG's, através da promoção de constantes capacitações para os catadores.

A mobilização se fortaleceu através da intervenção do Ministério Público, que obrigou, em março de 2001, a Prefeitura de Londrina a retirar do lixão 60 pessoas que tinham na catação de materiais o seu sustento. De acordo com a determinação os trabalhadores deveriam continuar desenvolvendo seu trabalho, mas longe dos lixões, insalubres e causadores de inúmeras doenças. A solução para essa crise foi alocar os catadores nas ONG's, onde teriam melhor qualidade de trabalho e contariam com orientações e capacitações que contribuiriam para o fortalecimento de suas atividades (Lima, 2007). A união em ONG's dos catadores que atuavam nas ruas e nos lixões, através do projeto "Reciclando Vidas", trouxe visibilidade para Londrina, deixando-a em destaque nacional no que se refere à catação de materiais recicláveis.

No ano de 2006 a CONSEMMA - Conselho Municipal do Meio Ambiente de Londrina- aprovou a Resolução nº 11, que obriga todos os geradores, industriais, comerciais e residenciais a separarem os materiais recicláveis dos demais resíduos e dar a eles a devida destinação. Mesmo com esses avanços as condições de trabalho ainda eram inapropriadas, pois a coleta era realizada em carrinhos manuais ou Kombis. Além disso, o material recolhido era armazenado a céu aberto, em fundos de vales, barracões ou residências. Os equipamentos de segurança individuais não eram utilizados por falta de hábito ou inexistência. Essa situação só mudou em 2008 quando os catadores reivindicaram um contrato com o município para a prestação de serviço. Com isso, foram desenvolvidas ações pelo Programa de Economia Solidária no intuito de se evoluir do modelo de ONG' para o de cooperativas de trabalho.

Por orientação jurídica do Conselho Municipal do Meio Ambiente e da Promotoria do Meio Ambiente, e com objetivo de fortalecer os catadores, houve um chamamento para que todas as ONGs de catadores cadastradas na CMTU participassem da criação da COOPER REGIÃO - Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Londrina, assim em 12/09/09 foi fundada a COOPER REGIÃO por 20 lideranças de catadores, representando as ONGs que já trabalhavam com reciclagem no município (SÉRIE CATA AÇÃO; v.1, P. 18).

No final de 2009 o município editou um decreto que instituiu o Programa Londrina Recicla, onde a Cooper Região- Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Londrina passou a fazer parte. Esse programa foi instituído por meio do Decreto Municipal nº 829/2009, sendo promovida a qualificação e aprimoramento das práticas, conquistando assim, uma relação de trabalho mais humanizada para os catadores (CMTU- Londrina). Já em março de 2010 foi assinado com a Cooper Região um contrato de prestação de serviço. A contratação foi realizada por meio de dispensa de licitação, conforme estabelece a Lei Federal de Licitação nº 8.666/1993, em seu Artigo nº 24, inciso XXVII. Sua primeira atividade comercial foi em abril de 2010, onde contava com a participação de 102 catadores oriundos de 14 ONG's. O crescimento da cooperativa foi rápido, tanto no número de trabalhadores quanto na coleta de materiais, ultrapassando 100% de crescimento no período de um ano.

As cooperativas instaladas na cidade são responsáveis pela Dandara dos resíduos coletados na fonte geradora. A gestão do serviço público de coleta de resíduos é de responsabilidade da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU). De acordo com o órgão a atividade de coleta direta porta a porta realizada em Londrina tem sido efetiva por muitos anos devido à inclusão de catadores nesse processo. Atualmente a cidade conta com sete cooperativas devidamente credenciadas, com 363 cooperados. As cooperativas estão distribuídas pelas regiões norte, sul, leste e oeste da cidade, atendendo a zona urbana e rural.

A partir do mapa, notamos que a Cooper Região é responsável por um grande território. Isso se explica, pois ela possui o maior número de cooperados e está em funcionamento há mais tempo como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 5- Ano de fundação, nº de domicílios atendidos e renda dos cooperados das Cooperativas de Reciclagem de Londrina

Cooperativas	Ano de Fundação	Domicílios Contratados pela Prefeitura	Total de Cooperados	% Cooperados que recebem acima de um Salário Mínimo
<b>CooperRegião</b>	2009	87.383 (37,9%)	136	96,9%
<b>Cooperoeste</b>	2012	28.940 (12,6%)	48	20,3%
<b>Coocepeve</b>	2011	25.334 (11%)	41	78,0%

<b>Ecorecin</b>	2014	24.549 (10,6%)	37	46,1%
<b>CooperNorth</b>	2014	22.922 (10%)	34	32,4%
<b>CooperMudança</b>	2014	20.307 (8,9%)	31	10,6%
<b>CooperRefum</b>	2014	20.660 (9%)	36	52,4%

Nota. Salário Mínimo Nacional R\$ 954,00 (2018), equivalente a aproximadamente US\$ 250,00.

Fonte: CMTU, 2018

A partir do estabelecimento do contrato as cooperativas passaram a receber pela prestação do serviço ao município. Esse subsídio vem para apoiar as áreas administrativas e técnica, compra de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e para o pagamento dos aluguéis de barracões onde são realizadas as triagens dos materiais recicláveis recolhidos. A coleta seletiva no sistema porta a porta é realizada uma vez por semana em cada setor (CMTU- Londrina). De acordo com os dados da CMTU, atualmente a coleta seletiva é realizada em 100% da área urbana, totalizando 219.993 domicílios, recolhendo em média 13.618.140 kg de material reciclável que é comercializado diretamente no mercado. Esse número inclui os distritos, patrimônios e vilas rurais.

A atuação dos catadores organizados em cooperativas na cidade de Londrina, vem sendo modelo a ser seguido no território nacional. Notamos que muitos avanços foram conquistados através da luta dos trabalhadores e do empenho do poder público, mas ainda há muito a ser conquistado, tanto no trabalho realizado na ponta pelos trabalhadores, como na conscientização dos geradores de resíduos que ainda necessitam se sentir parte do processo e não meros “fazedores de caridade”.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho teve como abordagem metodológica a história oral. Segundo Ishikawa e Santos (2006), a história oral compreende o tempo presente, considerando as percepções do passado, pois percebe que o processo histórico não chegou ao fim, mas é continuidade das experiências vividas. A razão da história oral é o sentido do passado refletido no presente. Esta apresenta como forma de captação de vivências de pessoas que se disponibilizam a dividir fatos ocorridos em sua vida, preservando os aspectos sociais.

A história oral pode ser desenvolvida de três maneiras: a primeira, história oral de vida, que permite ao sujeito maior autonomia para falar de suas experiências de forma mais livre; a segunda, tradição oral, foca em filtrar os valores “por estruturas mentais asseguradas em referências do passado remoto que se manifestam no folclore e na transmissão de geracional” e a terceira, história hora temática, assim como a primeira, deixa o sujeito livre para falar de suas experiências, mas a partir de um tema específico. (Ishikawa e Santos, 2006). Por se tratar de um trabalho que buscou perceber como as relações comunitárias, familiares e individuais impactaram na escolha da atividade laboral foi utilizada a história oral temática, que busca trabalhar de forma objetiva um tema específico preestabelecido, buscando extrair o ponto de vista do entrevistado.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que para Merriam (1998), é um conceito guarda-chuva, que engloba inúmeras formas de pesquisa possibilitando a melhor compreensão dos agentes, com o menor afastamento possível do ambiente natural. A pesquisa qualitativa não busca uma regularidade e sim compreender os motivos que levaram o sujeito a ter determinada ação. Esse trabalho só é possível se o agente, a partir de sua lógica, for ouvido. Nessa perspectiva não há a existência de uma categoria estática, mas ao contrário, essa está em constante transformação (Sampaio, 2001). De acordo com Lohfeld e Brazil (2002), na pesquisa qualitativa o foco fica centrado nos processos e nos significados gerados pelas ações humanas. Tem por objetivo interpretar os significados e as interações dos sujeitos.

Para a coleta de dados foi utilizado o instrumento de pesquisa denominado entrevista de história oral. Para que o instrumento fosse melhor utilizado a entrevista dividiu-se em três momentos: a pré-entrevista, a entrevista e a pós-entrevista (Bom Meihy, 1996). A pré-entrevista foi à fase anterior à entrevista, que aconteceu quando,

entramos em contato com o entrevistado. Essa etapa teve início no final de 2017 quando foi realizado um primeiro levantamento socioeconômico, que pôde identificar a relevância da pesquisa. No mês de outubro de 2018 o contato foi retomado com a coordenação da cooperativa, no sentido de selecionar as quatro mulheres que participariam da pesquisa, fazendo-se contato direto com as participantes, apresentando-se a finalidade da entrevista. Para falar com a secretária da cooperativa foi enviado e-mail para a formalização do pedido e com as entrevistadas foi realizado contato por telefone e pessoal.

Após as pré-entrevistas seguiu-se a entrevista propriamente dita, com a participação efetiva dos sujeitos. Para tanto, utilizamos como apoio Montenegro (1994), que orienta o pesquisador a iniciar a entrevista com uma conversa situando a entrevista, destacando o para quê e o para quem suas memórias seriam registradas. Montenegro (1994), diz que no momento da entrevista, a partir do diálogo do entrevistado e do entrevistador ocorre o rememoração do sujeito. Dessa forma, o autor entende o entrevistador como um porteiro das lembranças, um facilitador do processo de resgate das marcas deixadas pelo passado em sua memória. Depois de explicar o propósito foi pedido o consentimento das mesmas para a gravação das entrevistas. Foram avisadas se caso quisessem parar a gravação, poderiam solicitar a qualquer momento, e se reservar ao direito de não falar de assuntos que não lhe fossem convenientes.

As perguntas foram curtas e claras, de caráter descritivo não indicando nenhum tipo de juízo de valor, com intervenções, para esclarecimento de dúvidas ou para trechos da entrevista que mereciam maior atenção. Quando ocorreram os questionamentos foram estratégicos conforme orientado por (Montenegro, 1994), com perguntas tais como: quando? Como? De que forma? Para quê? Essas questões levantadas contribuíram para estimular a memória, seja ela voluntária e/ou involuntária, que segundo Montenegro (1994), a força da memória involuntária, pode ser acionada por estímulos diversos, desencadeando um processo de rememoração, em que o pesquisado não consegue controlar.

A coleta de dados se deu com quatro mulheres negras que integram a cooperativa de reciclagem CooperRegião do entreposto da Vila Marízia. Essa definição se deu, como já mencionado, em dezembro de 2017, quando realizado um levantamento socioeconômico dos trabalhadores e trabalhadoras das cooperativas de reciclagem de Londrina. Na ocasião, notou-se que a cooperativa com maior

expressividade de catadores e melhor estruturada é a CoopeRegião, que foi a primeira a iniciar seus trabalhos na cidade. Além disso, o entreposto da Vila Mariza é anterior à cooperativa, tendo entre seus cooperados pessoas com mais de dez anos de catação e sua composição é majoritariamente feminina e negra.

As quatro mulheres que contribuíram com a pesquisa foram selecionadas por serem negras, conforme a discussão proposta pelo estudo e por integrarem a cooperativa de reciclagem no entreposto da Vila Mariza. Outros elementos como função exercida, idade e tempo de trabalho na cooperativa também foram considerados, bem como a disponibilidade das participantes. Além disso, foi percebido grau de parentesco entre algumas trabalhadoras, tendo a presença de mãe e filhas no mesmo ambiente de trabalho. Pôde-se perceber abertura e satisfação das mulheres em participarem da pesquisa, pois mesmo a cooperativa CooperRegião tendo muita visibilidade no município e mesmo em nível nacional, poucas pesquisas se debruçaram em ouvir especificamente as trabalhadoras do entreposto em questão.

O terceiro momento da entrevista oral é a análise dos dados coletados, que inicia com a transcrição das entrevistas para posteriormente realizar o confronto entre o levantamento empírico e a teoria. Para Ichikawa e Santos (2006), a transcrição é o momento onde as narrativas passam para escrita. De acordo com Bom Meihy (1996), existem dois tipos de transcrição: a absoluta ou tradicional. A primeira contempla a descrição total do diálogo, incluindo todos os elementos que foram captados na gravação, incluindo sons, ruídos, barulhos alheios aos da entrevista, risadas e até mesmo os erros de linguagem. Já para a segunda, é prevista a edição, pois Bom Meihy (1996), aponta que não é possível passar todas as emoções, gestos, pausas, silêncios e para o papel, então propõe a edição da entrevista, uma vez que entende que ficará mais legível. Essa não é uma forma adotada por todos os autores, pois existem abordagens que defendem a transcrição absoluta e outras que defendem nenhuma transcrição. As autoras Ichikawa e Santos (2006), entendem que quando se trabalha com entrevista de história oral, uma opção é a transcrição completa, indicando interrupções, emoções, risos ou gestos significativos.

A presente pesquisa realizou a edição das entrevistas indicada por Bom Meihy (1996), pois não foi percebida a necessidade de enaltecer elementos como gírias, figuras de linguagem ou regionalismos, pois nas falas foram identificados somente erros de concordância, os quais deixariam a leitura mais difícil. Os vícios de linguagens foram mantidos, pois demonstram a intensidade em determinadas falas.

Após as transcrições dos dados foram realizadas as análises a partir do método análise de conteúdo, que para Vergara (2012) é uma técnica que permite identificar o que está sendo dito a cerca de determinado tema. A Análise do Conteúdo é facilmente confundida com outras técnicas de análise, mas o que a diferencia, é seu caráter interpretativo aliado à validação científica que legitima o texto. A técnica busca ir além das questões linguísticas, pois possui uma abordagem dedutiva, sem deixar de lado a preocupação com a validade científica (Rocha & Deusdará, 2005 e 2006). Além disso, de acordo com Dellagnelo e Silva (2005), o método propicia a aplicação de diversas técnicas de tratamento, como por exemplo, a que foi utilizada nessa pesquisa, a análise de categorias.

Considerando o método de Análise do Conteúdo, a análise das entrevistas foi realizada acompanhando o relato sobre a trajetória individual de cada participante, sendo abordadas em separado. Para isso, utilizamos nomes fictícios a fim de resguardar suas identidades. Buscamos identificar aspectos relevantes contidos em suas histórias que influenciaram em sua iniciação laboral em especial na catação de material reciclável. Os fatos ocorridos na vida das participantes foram confrontados com a teoria e posteriormente analisados.

Para melhor compreensão dos dados coletados e considerando o referencial teórico elegemos categorias de análise. Para Godoy (2006) as categorias de análise são adequadas para uma pesquisa qualitativa, em virtude de sua flexibilidade, permitindo trabalhar conteúdo teórico e empírico. Dessa forma foram elencadas três categorias: 1) Processo evolutivo da cooperativa: trabalhou o processo de crescimento físico, em número de cooperados, em reconhecimento e no processo produtivo da cooperativa; 2) História individual e comunitária: onde observamos as condições de vida nas quais as trabalhadoras nasceram e se desenvolveram, considerando suas vivencias comunitárias, familiares e individuais. 4) Identificação com o trabalho: que buscou perceber os sonhos profissionais e sua identificação e satisfação com o trabalho atual.

As categorias foram subdividas em subcategorias atreladas aos objetivos definidos para a pesquisa, como vemos no quadro a seguir:

Tabela 6- Definição operacional das subcategorias

<b>Categorias de análise</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Objetivos Específicos Vinculados</b>
<b>Processo evolutivo da cooperativa</b>	Origem da iniciativa cooperativa da Vila Marízia.	Traçar o perfil, características e <i>modus operandi</i> da cooperativa CooperRegião.
<b>História individual e comunitária e suas relações com a inserção no mundo do trabalho</b>	Participantes e seu contexto socioeconômico ao crescer	Levantar a trajetória de vida das mulheres negra que integram a Cooper Região de Londrina/PR.
	Objetivo e motivação que fez entrar na cooperativa.	Reconhecer o contexto que conduziu as mulheres negra a atividade de reciclagem
	Influência do meio no envolvimento na cooperativa.	
	Histórico e contexto do primeiro emprego.	
	Início das atividades na Cooperativa.	
<b>Identificação com o trabalho</b>	Desejo por outro trabalho	Perceber a identificação das mulheres com o seu trabalho.
	Percepção social do trabalho dos cooperados.	

Fonte: Elaborado pela autora

Na realização da pesquisa foram enfrentadas algumas limitações. Inicialmente a ideia era realizar as entrevistas fora do ambiente de trabalho das participantes o que gerou certa resistência, realizando-se a entrevista fora do local de trabalho apenas com uma das participantes.

O método escolhido para a realização da pesquisa sugere uma maior naturalidade no desenrolar da entrevista, sem um instrumento fechado com inúmeras perguntas, mas antes a abertura para que a fala das entrevistadas pudesse fluir

naturalmente, com um mínimo de intervenções da pesquisadora. Contudo, o ritmo das falas variou, pois em alguns momentos as participantes se sentiam mais animadas para falar e em outros tinham que ser estimuladas.

## 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 PROCESSO EVOLUTIVO DA COOPERATIVA

Atualmente a cooperativa CooperRegião atua prestando serviço para o Município de Londrina na catação, Dandara e venda de materiais recicláveis. De acordo com a CMTU, de todo material recolhido 39% fica sobre responsabilidades da CooperRegião, representando 3.514.047,81 Kg. Para a execução do trabalho a cooperativa conta com aproximadamente 390 cooperados, caminhões, esteiras para Dandara dos materiais, prensa, empilhadeira, equipamentos de segurança, entre outras ferramentas. A realização do trabalho é dividida em dois entrepostos, sendo um no Jardim Bandeirantes e o outro na Vila Marízia (onde se realizou o estudo). No entanto, no início das atividades as mulheres que fundaram a organização não possuíam um espaço adequado para a realização do trabalho, o que as levou a improvisar uma tenda na Vila Marízia, próximo ao local onde moravam. Devido à precariedade das instalações, o trabalho ficava condicionado as questões climáticas. Tudo mudou quando a associação recebeu um recurso para a construção de um barracão, dinamizando as atividades.

Anterior a essa fase, de acordo com o relato das participantes da pesquisa, a cooperativa teve sua fase embrionária promovida com o auxílio de assistentes sociais do Centro de Referência de Assistencial Social - CRAS, que tinha atuação no bairro à época. A ideia era incentivar limpeza das casas, pois havia muito lixo espalhado pela comunidade. O projeto foi denominado quintal nota dez, em que sacos com lixo recolhidos pela família eram trocados por alimentos. Esse movimento pode ser percebido nas falas abaixo apresentadas:

Fazem vinte anos que estou na cooperativa. Porque na verdade começou assim, tipo, tinha muito material esparramado na vila, daí o pessoal juntava e nós pesávamos, aí depois, nós trocávamos por alimento ali no salão, ficou um tempão, assim, desse jeito (CAROLINA, 2019).

Aqui muitos anos atrás já tinha uns projetos da assistência social, tipo assim, você juntava reciclagem na sua casa e vinha e trocava por alimento, tipo assim, eu sempre fui crescendo nessa parte (MARIELLE, 2019).

Notamos que as atividades iniciaram em um processo de troca não necessariamente voltado para as questões ambientais, mas principalmente motivada por questões sanitárias, onde a moeda de troca era o que a população mais necessitava, alimento.

Naquela época era a assistente social X que fazia esse projeto aqui, quando eu era criança, na verdade tinham vários projetos aqui, tinha esse de trocar reciclagem por alimentos, tinha o da horta, quintal nota dez, tipo assim, aquele quintal que era limpinho ganhava nota dez e tinha direito a cesta, então eles sempre trabalharam aqui na Vila Mariza com esse incentivo para manter o, sabe, a Vila Mariza mais organizada (MARIELLE, 2019).

Após essa fase, a comunidade teve a oportunidade de trabalhar com a reciclagem na Fazenda Refúgio, onde ficaram por um tempo, mas os resultados financeiros não foram favoráveis, levando-os a tomar uma atitude que mudaria sua história. Sem recursos, mas com muita vontade de trabalhar, fincaram quatro paus na terra e os cobriram com uma lona, onde passaram a trabalhar.

Dai saímos da fazenda refúgio, colocamos quatro paus ali uma lona e ficamos trabalhando de baixo da lona, quando estava com sol nós trabalhávamos, quando vinha chuva nós corríamos, quando ia embora nós voltávamos a trabalhar (CAROLINA, 2019).

Esse período se estendeu até a chegada de um projeto no bairro. A comunidade foi convidada a ir para Curitiba, onde conseguiu a aprovação do projeto que liberou recursos para a construção de um barracão para o desenvolvimento do trabalho. Nesse período a organização comunitária era denominada Associação de Mulheres, na qual trabalhavam cerca de quinze pessoas entre homens e mulheres.

Em 2001, a história da cooperativa começa a ganhar forma através do projeto <sup>2</sup>1000 Ong's, onde os catadores se organizaram em Ong's para organização de trabalho. Mesmo com essa intervenção os catadores ainda não possuíam uma estrutura adequada, pois continuavam realizando o trabalho de porta em porta com auxílio de carrinhos manuais e/ou veículos Kombi de maneira insegura e irregular.

2

Projeto da Prefeitura de Londrina que apoiava a criação de ONGs no município, através da oferta de suporte e orientação técnica.

Além disso, o trabalho era realizado de forma individualizada o que gerava uma competição entre os catadores.

Com a crise de 2008 os valores dos materiais recicláveis baixaram substancialmente prejudicando os ganhos de forma individual. Com o auxílio do município, através dos programas de economia solidária, os catadores foram incentivados a trabalharem de forma coletiva. Como já relatado anteriormente, em setembro de 2009 surge a CooperRegião, que iniciou o trabalho com mais de 100 cooperados.

O trabalho era desenvolvido ainda de porta em porta, mas agora com os catadores organizados em grupos, trabalhando de forma cooperativa com o auxílio de caminhões e equipamentos de segurança. O contato com a comunidade era direto, o que, de acordo com as participantes da pesquisa era agradável. Alguns grupos batiam palmas nas casas para pedir material reciclável. Após a coleta, os materiais eram organizados em locais estratégicos, aguardando a passagem do caminhão para realizar a coleta.

Na rua era bom....eu gostava, era bom. Aí depois foi acabando tudo né, agora é mesmo o pessoal do caminhão que faz. Porque daí nós íamos nas casas, batia palma, pegava os materiais, tinha mais contato com o morador. Fazia aqueles montes, aí o caminhão só ia e buscava, tipo tinha um lugar mesmo que ficava, um tanto daquele bairro mesmo, aí o caminhão só ia buscar, agora não tem mais, agora o caminhão só passa e pega e traz (ANTONIETA, 2009).

Conforme podemos ver no relato acima, o *modus operandi* da cooperativa, no que diz respeito ao trabalho operacional realizado dentro dos barracões e na rua, foi mudando ao longo do tempo. Inicialmente, tinham as equipes de rua que eram responsáveis pela coleta do material; a equipe da Dandara que ficava nas baias, encarregadas da Dandara dos matérias; e as equipes do pátio que cuidavam da colocação dos materiais nas baias. A equipe de rua deixou de existir, ficando a equipe do caminhão responsável pela coleta dos materiais e as baias foram trocadas por esteiras para dar maior eficiência ao processo de Dandara dos materiais.

Você sabe, quando era mesa era mais melhor do que com esteira na verdade, eu já fui parar na UPA com dor no peito... Quando era baia não, você fazia o que estava lá... Fora isso o resto é tranquilo (CAROLINA, 2019).

Atualmente, a área de produção conta com esteiras por onde os materiais passam e os cooperados responsáveis pela Dandara selecionam de acordo com o tipo de material reciclável. Essa operação agilizou o processo produtivo, mas não foi bem recebida por todos os cooperados, pois tirou a liberdade do ritmo de trabalho de cada trabalhador, deixando-os condicionados à velocidade da máquina.

Além das funções realizadas dentro do barracão e na rua, existem várias outras desenvolvidas na cooperativa como é apresentado no quadro abaixo. Como em toda cooperativa existem os cargos da presidência que são eleitos pelos cooperados em assembleia geral.

TABELA 7- Funções da CooperRegião

Função	Descrição do cargo
<b>Direção</b>	Eleita pela maioria para dirigir a cooperativa e auxiliar nos processos decisórios diários.
<b>Secretaria</b>	Responsável pelos afazeres diários de escritório da cooperativa.
<b>Motorista</b>	Dirigir e manobrar os caminhões da cooperativa.
<b>Coletor</b>	Trabalha no caminhão recolhendo os materiais nos territórios.
<b>Prensista</b>	Opera prensa para compactar os materiais recicláveis.
<b>Separadora</b>	Separa os materiais recicláveis classificando os.
<b>Auxiliar do Pátio</b>	Alimenta a esteira com materiais recicláveis para a separação.
<b>Auxiliar de Caminhão</b>	Auxilia o motorista do caminhão.
<b>Gerência</b>	Responsável pelos equipamentos de segurança e com as vendas dos materiais
<b>Presidente</b>	Deve apoiar a presidência na tomada de decisão para alcance dos objetivos da cooperativa.
<b>Auxiliar Administrativo</b>	Responsável por receber e enviar documentos, atender telefone, recepcionar, fazer o arquivamento de documentos
<b>Operador de Empilhadeira</b>	Retira os materiais prensados do pátio, para o estoque e do estoque para os caminhões.

Fonte: Elaborado pela autora.

## 4.2 HISTÓRIA INDIVIDUAL E COMUNITÁRIA E SUAS RELAÇÕES COM A INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Participaram da pesquisa quatro mulheres negras que atuam na cooperativa de reciclagem CooperRegião do entreposto localizado na Vila Marizia. Por questões de confidencialidade elas serão citadas por meio de nomes de mulheres que marcaram sua história, assim como essas mulheres estão marcando a sua. As participantes são: Dandara, Marielle, Antonieta, Carolina.

A participante Dandara é uma jovem de vinte e um anos, casada, sem filhos, moradora do bairro Vista Bela desde o seu casamento. Antes do casamento morava com os pais e uma irmã mais nova na Vila Marizia, onde nasceu e cresceu. Dandara está na cooperativa há aproximadamente dois anos e meio, exercendo a função de Dandara de resíduos sólidos para reciclagem. Dandara atua ao lado de sua mãe e de seu pai na cooperativa.

Marielle é uma mulher de trinta e dois anos, casada, mãe de três filhos, moradora da Vila Marizia. Trabalha na cooperativa desde 2007 (há cerca de treze anos) e já atuou em várias funções, atualmente sendo a gerente do entreposto da Vila Marizia.

Antonieta tem trinta e dois anos, casada, mãe de duas meninas. Cresceu com sua mãe e padrasto, que considera como pai, e com três irmãs. Trabalha na cooperativa há quatorze anos. Atualmente atua na esteira na função de separadora de resíduos sólidos para reciclagem. Na cooperativa trabalham também sua irmã e sua mãe. Nesta pesquisa a sua mãe também foi uma das participantes, no caso a que recebeu o codinome de Carolina.

Carolina, a mais velha entre as participantes, tem sessenta anos, é mãe de quatro filhos, casada e moradora da Vila Marizia desde os quatorze anos. Está na cooperativa desde o início, há mais de vinte anos.

Cada participante tem uma história em particular e única, contudo, como pode ser percebido ao longo das entrevistas, várias coisas as unem além da cor da pele. Dessa forma, convido vocês a entrarem nessa viagem que com os ingredientes da vivência coletiva, comunitária, pensamento ambiental, pobreza exclusão social e

contexto histórico brasileiro, proporcionaram a essas mulheres o protagonismo dessas histórias.

É de conhecimento geral que o sistema de acumulação capitalista não possibilita a existência de emprego para todos, empurrando um enorme contingente ou para a exclusão absoluta ou para a informalidade. A inclusão ou exclusão no mercado formal de trabalho tem várias explicações que vão da teoria do capital humano que justifica o desemprego pela falta de qualificação, mas muitas outras explicações ampliam a discussão, o que garante explicações mais elaboradas e condizentes com a realidade complexa. Sabe-se, por exemplo, que o sistema capitalista precisa de uma margem de desempregados para controlar salários e garantir o seu poder de barganha. Essa realidade excludente está presente em nossa sociedade há muito tempo, somada a questões culturais de segregação crônica e hereditária como forma de assegurar a preservação do secular *status quo* (SILVA e SILVA, 2010).

O contexto acima relatado por Silva e Silva (2010) é percebido na história de nossas protagonistas. As quatro são mulheres negras de origem pobre e que foram inseridas no mundo do trabalho, em sua maior parte de forma prematura e sem qualificação adequada. Com exceção da Carolina, que nasceu em uma cidade próxima à Londrina e se instalou no bairro após os quatorze anos, as três outras participantes nasceram e cresceram na Vila Marízia. Atualmente somente a Dandara não mora no mesmo bairro, residindo no Vista Bela, conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, que concentra cerca de 20.000 moradores, onde reside com o marido.

Eu sou de Arapongas, mas sempre morrei aqui, na vila Marizia eu vim aqui tinha 14 anos na época, ai morei no jardim do Sol, na Bratac. Meu pai era sequeiro na época, a mãe, a, ela trabalhava na roça, boia fria, sabe? (CAROLINA, 2019).

Eu sempre morei aqui, na minha infância eu morava com meus pais e meus irmãos, sempre morei aqui, e eu nasci, né aqui na vila Marízia, praticamente cresci aqui, tive sim, sabe, fui para outra cidade voltei, fui para outro bairro e voltei, mas a maior parte da vida foi aqui na vila Marízia (MARIELLE, 2019).

Nasci na Vila... Nós éramos em quatro irmãos, quando minha mãe casou... Aí meu padrasto terminou de criar nós... Criou até cada uma casar e ter sua família (ANTONIETA, 2019).

Eu morei na Vila até me casar, sabe, morava com meu pai, minha mãe e minha irmã (DANDARA, 2019).

Notamos a partir das falas, que mesmo para participante que não nasceu na Vila Marizía e que hoje não habita mais o bairro, a realidade vivida não é muito diferente, pois sempre permaneceu em comunidades que concentram pessoas de baixa renda, primeiramente com seus pais na infância e na vida adulta com seus companheiros. Assim, ainda pensando em Silva e Silva (2010), as relações familiares vinculadas a pobreza são repassadas de forma geracional, pois as realidades de pobreza e exclusão social dificilmente são vencidas.

Para Souza (2017), a reprodução da desigualdade vem desde o berço, deixando marcas geracionais que são reprimidas de forma consciente e inconsciente, e que vêm perpetuar o estereótipo do negro perigoso, que humilha e afeta a alma do indivíduo tornando-o, assim, cúmplice de sua própria dominação, produzindo uma suposta ralé, que não se adaptou à sociedade moderna e que permanece excluída pela sua incapacidade (Souza, 2017). Em suma, transferem-se razões estruturais adversas e viciadas para a esfera individual, culpabilizando o indivíduo ou grupo pela própria condição. De acordo com a Organização Mundial do Trabalho, oito em cada dez pessoas em situação de pobreza são negras. As mulheres relatam que em sua infância seus pais trabalhavam em serviços eventuais, na catação de material reciclável e no trabalho doméstico.

Meus pais trabalhavam, meu pai e minha mãe trabalhavam. Na minha infância, meu pai trabalhou em várias áreas, era servente, como se diz, do que aparecesse, quando não tinha serviço ele catava papel na rua, minha mãe trabalhava de doméstica, em firma aonde, o último mesmo que ela foi ela trabalhou em um colégio, ela trabalhou na parte da limpeza e depois e passou a ser cozinheira do colégio (MARIELLE, 2019).

O relato da participante Marielle, que exemplifica a história laboral das famílias das participantes, vai ao encontro do que sugere Davis (2016), que aponta a posição profissional da mulher após a abolição da escravatura, em que as mesmas passaram a ocupar os serviços domésticos, trabalho esse que foi aliado a sua cor que remete à escravidão. Assim, a situação de servidão do negro em relação ao branco persiste. Reforça ainda o autor, que ao longo do tempo poucas mulheres negras fugiram a esse estigma e conseguiram ascender a posições superiores e a salários melhores. Dessa forma, é seguro afirmar, usando como base Simón (2007), que no Brasil a pobreza

tem sexo e cor, pois as mulheres e os negros sofreram preconceito durante toda a história e continuam duramente castigadas pelas mesmas questões. Quando se trata de mulher negra pobre, além do preconceito e de todos os desdobramentos que este traz, soma-se a naturalização dessa realidade, banaliza-se a situação, acomodando-a num involucro de conservadorismo e resignação.

Percebemos que nossas protagonistas fazem parte de algo maior do que sua história individual e comunitária, pois estão imersas em um processo que permite poucas mudanças sociais, decorrentes de uma cultura secular baseada no preconceito e na exploração das mulheres, negros e pobres. O relato trazido pelas entrevistadas a respeito da inclusão no mundo de trabalho não é muito diferente da história de seus pais, pois somente Dandara iniciou suas atividades laborais com dezoito anos e foi direto para a CooperRegião. Já as demais integrantes tiveram sua inserção no mundo de trabalho bem mais cedo, ainda na infância, seja por necessidade, desejo de pertencimento ou para terem poder de consumo.

Meu primeiro trabalho foi na cooperativa, eu estava procurando serviço, mas não achava nada, aí meus pais, que trabalham lá também, falaram que tinha vaga e eu entrei (DANDARA, 2019).

Meu primeiro emprego, eu trabalhava meio período na casa da minha professora de ciências, eu estudava de manhã, daí saía do colégio e ia trabalhar meio período na casa dela à tarde, era minha professora de ciência, ela me chamou para trabalhar, trabalhei lá por oito anos (MARIELLE, 2019).

Antes dos 18 anos eu trabalhava de catar papel na rua, mais era assim, é tipo fogo de palha, aí um tempo, depois já parava (...) sempre ia, meus primos, mais tipo assim, era mais para comer um doce, coisinha assim por perto sabe, tinha vezes que ia longe, ia no centro, mais não era que nem agora, agora... eu era mais criança aqueles tempos, eu tinha 12 ou 13 anos (ANTONIETA, 2019).

Comecei nova, né, porque já tinha que trabalhar na época, para poder ajudar, né, aí tinha que trabalhar, desde sempre. Trabalhei de doméstica depois da roça, mas não gostava não, não gosto de ser mandada (CAROLINA, 2019).

Através dos relatos acima notamos que a inserção das mulheres no mundo do trabalho de forma tão prematura é principalmente motivada pela necessidade de auxiliarem na renda da família. Além disso, as funções por elas desempenhadas desde suas primeiras vivências laborais apontam para atividades não reconhecidas socialmente e que não necessitam de algum conhecimento mais elaborado para a sua execução. Outra questão que emergiu durante as entrevistas é a vinda do trabalhador

rural para o meio urbano, que por falta de alternativa foi empurrado para a catação. A história relatada pela Carolina nos revela essa realidade.

Aí eu ficava trabalhando na roça, aí depois tinha servicinho aqui por volta, sabe? Carpi aqui por perto. Trabalhei com carteira assinado só em Araraquara na colheita de laranja (CAROLINA, 2019).

Esse breve trecho da entrevista deixa muito claro a dificuldade enfrentada pelos que saíram da zona rural em busca de trabalho na cidade. Severo (2008), diz que ao chegar na cidade os trabalhadores rurais são apresentados a uma nova perspectiva produtiva, com “maiores restrições de acesso ao mercado de trabalho formalizado, tendo de ocupar, portanto, a franja produtiva, em atividades como a catação” (SEVERO, 2008, p. 24).

Normalmente, a inserção prematura no mundo do trabalho traz várias consequências excludentes, mas entre elas o impacto sobre a vida escolar é talvez a mais danosa. Para Pochmann, (2009) os jovens filhos de pobres no Brasil só estudam quando trabalham, não tendo estudantes que trabalham, mas jovens trabalhadores que estudam. A realidade relatada pelas entrevistadas, ainda que um tanto quanto distinta, revela as limitações da baixa escolaridade em suas oportunidades profissionais. Dandara foi a única que terminou o ensino médio antes do seu início laboral, já Carolina não teve oportunidade de estudar em virtude de questões culturais, relatando que em sua época as mulheres não estudavam, assim fez somente o fundamental I. Marielle e Antonieta, deixaram seus estudos, quase no final do ensino médio, para constituir família de forma prematura.

Trabalhava para minha professora de ciências e continuava estudando, mas parei no segundo ano do segundo grau, porque eu casei, daí tipo assim, mexia com as coisas do casamento, aí eu mais faltava, daí eu aí reprovar, então é mais fácil eu parar, porque tinha aquela mente, eu caso aí depois eu retorno, mas esse retorno até hoje eu não voltei, aí veio meu filho, o primeiro...(MARIELLE, 2019).

Eu estudei até o primeiro, porque daí minha filha era pequena e meu marido ficava com ciúmes, e era puxado também porque ela era bebezinha para gente ir para escola (...)sempre estudei, nunca reprovei nenhum ano, sempre estudei, quando eu morava com a minha mãe, mas depois que tive minha filha foi mais difícil (ANTONIETA, 2019).

Carolina constituiu família cedo, antes dos 18 anos, mas na época era algo comum, diferente da situação enfrentada por Antonieta e Marielle. Percebemos com as falas que o abandono escolar não aconteceu por falta de oportunidade apesar das dificuldades enfrentadas, mas por outras questões que também estão relacionadas as várias dimensões do processo de exclusão, que são a gravidez e o casamento precoce que atinge mais as meninas negras. Em 2019, o Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), realizou uma análise dos dados coletados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) sobre o número de gestantes adolescentes, de quinze a dezenove anos, dos anos de 2012 a 2017. A constatação foi que a maior parte das incidências acontecem na periferia, mas que o índice está baixando. No entanto, a queda está relacionada às meninas brancas, com a diminuição em 13%, enquanto entre as negras, houve aumento de 11% (ESTARQUE, 2019).

Aliado a essa circunstância, Souza (2017) aponta que os pobres e negros chamados por ele de “ralé” não sabem a importância de ir para a escola. Os pais conduzem seus filhos aos bancos escolares, assim como foram encaminhados muito mais por uma condicionalidade e obrigação legal do que consciência sobre a necessidade e poder de transformação proporcionado pelo aprendizado. Dessa forma, o conhecimento fica sem significado e não é percebido como importante para a formação pessoal e posteriormente profissional. Essa dinâmica potencializa a disseminação da cultura branca burguesa e eugênica, que coloca o negro como preguiçoso e incapaz de desenvolver trabalhos que vão além de força física.

O distanciamento da realidade estudada também dificulta o interesse pelos estudos e a associação do trabalho ao estudo, pois enquanto os filhos da elite viajam para ver os quadros de pintores famosos, por exemplo, os filhos da “ralé” limitam-se a livros didáticos mal conservados, muitas vezes descontextualizados e que não lhes dizem nada (SOUZA, 2017). Esse distanciamento, desvincula o escopo de profissões, pois os estudantes não conseguem associar o estudo da matéria, de ciências, por exemplo, à Astronomia enquanto trabalho, limitando assim, sua visão com relação às possibilidades profissionais, deixando o sujeito em um estágio de alienação, onde o mesmo consegue somente perceber o que seus iguais realizam, facilitando ainda mais o processo de reprodução de uma cultura de exclusão no mundo do trabalho ou subtrabalho.

No caso de nossas protagonistas notamos, a partir das falas, que para parte delas, ainda que de forma sucinta, tiveram a oportunidade de pensar sua vida

profissional por se interessarem pela escola. No entanto, o que foi implacável foi o mercado de trabalho que barrou a mudança de contexto. Outro ponto fundamental de influência na vida de todas elas foi o meio no qual viveram a vida toda.

A gente via, né, a gente via, minha mãe trabalhar na cooperativa. A gente via, participava também (ANTONIETA, 2019).

Eu cresci ouvindo sobre a cooperativa, material reciclável, projeto, associação, sabe, minha família é bem envolvida com a cooperativa, até porque minha tia está desde o começo, né, e é presidente (DANDARA, 2019).

Comecei na cooperativa por causa do projeto, aí envolveu a “fulana”, assistente social, tudo, deu uma força para nós, sabe? Essas coisas (CAROLINA, 2019).

Quando eu era pequena, na minha infância de seis, sete, oito anos, essa época eu trabalhava com meu pai e minha mãe catando papel na rua (MARIELLE, 2019)

As falas das participantes demonstram que existe uma influência do meio em que vivem e viveram que, de alguma forma, foi responsável por conduzi-las a entrarem na cooperativa. Vemos também que os filhos estão herdando a profissão dos pais. Essa realidade pode estar relacionada com as questões de raça, *status* social e alto índice de desemprego. Isso se evidencia com a colaboração de Simón (2007), que aponta que as maiores taxas de desemprego estão presentes entre a população negra, atrelado a ganhos financeiros menores e a inserção no mercado de trabalho em funções mais precárias. Fica nítido também que o trabalho desenvolvido pelas participantes tem relação com a sua história de vida, suas experiências e, por consequência, da sociedade preconceituosa em que vivem. Esse trabalho, apesar de ser motivo de orgulho, vem sendo passado de geração em geração na Vila Marizía, o que incomoda uma das participantes que relata a questão da seguinte forma:

Eu entrei na cooperativa para trabalhar com meus pais, porque eu precisava trabalhar, sabe, mas lá em casa estamos fazendo de tudo para minha irmã mais nova não vir parar aqui (DANDARA, 2019).

A tentativa de fuga dessa profissão coloca-se como uma barreira a ser transposta, mas os fatos enfrentados pelos moradores da Vila Marizía e a população negra de maneira geral, como da cultura local, referências familiares e crise no mercado de trabalho, aproximaram ainda mais as trabalhadoras do trabalho com material reciclável. No entanto, essa reflexão não foi feita por todas, o que nos impede

de generalizar a visão de temor das mulheres em verem seus familiares inseridos na cooperativa de reciclagem. O que notamos e podemos afirmar é que a cooperativa não foi a primeira opção de trabalho delas, mas a alternativa disponível para sobrevivência.

Na época que entrei na cooperativa foi por questão de dificuldade mesmo, eu tinha largado do meu marido, eu acho, é eu tinha largado dele, então na época foi por necessidade mesmo (ANTONIETA, 2019).

Aqui eu já conhecia bastante gente que trabalhava aqui, aí aqui foi minhas amigas mesmo que foram indicando, aí eu falei que queria trabalhar elas... aí e vim aqui e conversei com a fulana, se quando surgisse uma vaga ela poderia me chamar, aí apareceu ela me chamou (MARIELLE, 2019).

Estava procurando emprego e não conseguia nada, aí tinha terminado o segundo grau e ia casar...precisava trabalhar, aí surgiu uma vaga eu entrei (DANDARA, 2019).

Assim, com exceção da Carolina, que iniciou sua atividade laboral muito cedo e teve pouco acesso à educação formal, as três mais jovens sonharam com outras profissões.

Eu queria fazer faculdade de pedagogia, sempre quis ser professora (DANDARA, 2019)

Eu queria me formar, nem sei no que eu iria me formar, mas estudar eu iria, mas depois que você tem filho tudo vai acabando... fica mais difícil (ANTONIETA, 2019).

Antes de casar eu falava assim, vou estudar, vou terminar meus estudos vou fazer uma faculdade, só que eu não sabia do que, mas o meu sonho era fazer uma faculdade, mais aí depois virou, né? Parei de estudar, inventei de casar e.... eu parei, eu acho que um pouco pelo casamento e por ter que trabalhar (MARIELLE, 2019).

Percebemos que existia a expectativa de continuidade dos estudos para a formação profissional, mas tiveram seus sonhos interrompidos em função da constituição familiar prematura, pois mesmo Dandara que não tem filhos, optou por se casar aos dezenove anos, dificultando a continuidade dos estudos. A continuação familiar trouxe consigo a maior necessidade pelo trabalho, deixando o processo de qualificação para o mercado de trabalho em segundo plano. Dados do IBGE (2018), já citados na pesquisa, indicam que as mulheres, em especial as negras, mesmo com maior nível de escolaridade, possuem mais dificuldade de alcançar cargos mais elevados nas empresas e na política.

O fato é que a mulher negra e pobre tem ainda mais desvantagens nos indicadores de mercado por sofrerem preconceito pela cor, pelo gênero e pelo *status* social (Simon, 2007). Como já vimos anteriormente Dandara entrou na cooperativa por não ter encontrado outra oportunidade de trabalho na época. No entanto, tanto Antonieta como Dandara têm buscado outra colocação no mercado formal de trabalho, mas sem sucesso. A busca acontece em virtude da importância dada pelas mulheres para os benefícios advindos de uma possível rescisão de contrato.

Já procurei outros trabalhos, mas até hoje não deu certo... (ANTONIETA, 2019).

Mando currículos, daí quase nunca chamam para entrevista... aí quando participei e viram minha experiência na cooperativa, sei lá, parece não agradar... (DANDARA, 2019).

Antonieta não relaciona sua não absorção pelo mercado formal à sua cor, gênero ou classe social. Ela atribuiu à falta do ensino médio completo. Por essa razão tem realizado uma prova do governo há dois anos para conseguir sua conclusão. Já Dandara indica que o fato de trabalhar na cooperativa prejudica sua avaliação nas entrevistas de emprego, devido ao preconceito que os catadores ainda sofrem socialmente. Dandara tem uma postura crítica relacionada ao mercado de trabalho e atribui também à cor da sua pele a falta de oportunidade.

Vejo que não é fácil para pessoas negras conseguir serviço registrado, sabe, tem muito preconceito (DANDARA, 2019).

De acordo com Nascimento (1978) a democracia racial foi disseminada para o mundo pensar que no Brasil não havia preconceito racial. Esse mito foi aceito por muitos, inclusive pelos brasileiros, que passaram a naturalizar atitudes racistas para justificar suas ações preconceituosas. Esse fato levou a sociedade a crer na auto-responsabilização, apontando exclusivamente para o indivíduo a culpa pelas mazelas sociais. Essa postura ficou nítida nas entrevistas realizadas, pois diferente de Dandara as demais participantes negaram, através de sinal negativo com a cabeça, ter sido vítima de preconceito racial, social ou gênero, apesar de terem deixado escapar evidências de já terem vivo essa situação.

Grande parte dos trabalhadores não tem a oportunidade de escolher seu trabalho por diversos fatores sociais e culturais como gênero, raça e classe social. As atividades laborais mais reconhecidas no Brasil, estão vinculadas a trabalhos que utilizam o saber intelectual, o que nos faz voltar à reflexão do acesso e oportunidade para esse desenvolvimento, que alia conhecimento à educação formal, que nem todos têm o privilégio de possuir em igualdade de condições e de qualidade. Isso é ainda mais grave quando se analisa a realidade das mulheres negras e pobres. Haja vista que de acordo com o IBGE o índice de mulheres negras que tem dedicado suas horas aos cuidados da casa é muito maior do que o de qualquer outro grupo pesquisado e se analisarem as principais atividades desenvolvidas, percebe-se que são poucas as alternativas disponíveis para este grupo específico.

A situação vivenciada por nossas protagonistas enquadra-se na realidade de muitas outras mulheres negras e pobres. Mas, por se tratar de uma pauta pouco discutida com a população negra e por ser algo que traz dor, notamos na entrevista que se torna mais aceitável negar o preconceito ou seguir com a teoria da meritocracia e da transferência de responsabilidades para os indivíduos, ainda que seja evidente que essas mulheres não escolheram suas atividades laborais, mas foram para elas empurradas.

Para termos uma análise melhor elaborada das escolhas das participantes, faremos, no próximo tópico, uma reflexão e análise das falas que demonstram a identificação das mulheres com o seu trabalho desenvolvido na cooperativa e sua motivação em permanecer ou o desejo de atuar em outras formas de organização social.

#### 4.3 IDENTIFICAÇÃO COM O TRABALHO

Com as mudanças sociais e econômicas que o mundo enfrentou ao longo dos séculos, as relações entre humanos e o trabalho foram diretamente impactadas. Como vimos com Albornoz (2000), apesar de o trabalho ainda ser algo intrínseco ao humano ele não necessariamente é uma fonte de satisfação e realização pessoal, pois passou a ser a fonte de recursos financeiros para subsistência. Com as participantes, a realidade não foi muito diferente, as mulheres da cooperativa buscaram ressignificar seu trabalho para permanecerem produtivas.

Quando eu entrei, eu não queria, sabe, eu já via em casa meio como era e não queria para mim, né... mas com o dia a dia de serviço acabei pegando amor (DANDARA, 2019).

Na época que entrei na cooperativa foi por questão de dificuldade mesmo, eu tinha largado do meu marido, eu acho, é eu tinha largado dele, então na época foi por necessidade mesmo, e depois se vai gostando, você vai pegando o amor, né (ANTONIETA, 2019).

Comecei na cooperativa por causa do projeto, aí envolveu a assistente social, tudo, deu uma força para nós, sabe? Essas coisas (CAROLINA, 2019).

Eu falei que queria trabalhar elas... aí eu vim aqui e conversei com a líder, se quando surgisse uma vaga ela poderia me chamar, aí apareceu ela me chamou (MARIELLE, 2019).

O processo de ressignificação do trabalho para essas mulheres vem em decorrência da conscientização da importância do mesmo. Em suas falas notamos uma apropriação do conceito de sustentabilidade, que é passado constantemente através de capacitações que apontam a relevância do seu trabalho. A definição mais utilizada de desenvolvimento sustentável, “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 19), é uma das diretrizes que impulsionam as mulheres a desenvolverem seu trabalho, pois há uma percepção do impacto que o trabalho por elas desenvolvido tem na sociedade.

Nesse processo e o que a gente faz agora as vezes a gente não vai colher esse fruto, mais nossos filhos, netos e bisnetos vão colher, então é uma coisa que isso também incentiva assim, a esta nesse ramo de trabalho (MARIELLE, 2019).

Eu me sinto orgulhosa com o meu trabalho, por tipo, a gente tira o material jogado, né? (CAROLINA, 2019).

Se não fosse a gente, o que as pessoas iriam fazer com a reciclagem, né? Seria pior para natureza (DANDARA, 2019).

Aqui dá bastante (...) além de aprender levamos uma mensagem (ANTONIETA, 2019)

Schmidt e Perius (2003), dizem que as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas por seus membros. Outro ponto que é motivo de satisfação foi o reconhecimento da categoria como profissão. Segundo Medeiros e Macedo (2007), em 2002 a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) foi estabelecida para os trabalhadores da reciclagem. Para eles, esse fato trouxe um resgate da dignidade e inserção nas

políticas públicas, pois expõem o trabalhador a diversos perigos que sem a regulamentação deixa o reciclador sem garantia de direitos trabalhistas.

Meu trabalho é tipo uma profissão hoje em dia, tipo você vai fazer um crediário na loja, você tem orgulho de falar que você trabalha... tem uns que tem curiosidade, aí a gente explica (...) Nós temos holerite, né, que vem escrito lá, profissão recicladora, é trabalho do mesmo jeito (ANTONIETA, 2019).

Ao mesmo tempo que existe a satisfação, permanece, para algumas, ainda que de forma inconsciente ou disfarçada a percepção da discriminação e marginalização do trabalho. A declaração acima coloca a classe como “tipo” uma profissão, apontando um orgulho e um demérito da mesma. O demérito vem em decorrência da construção social constituída. Estudos revelam que existe a chamada segmentação racial, que estigmatiza a imagem da mulher negra no mercado de trabalho. Nessa perspectiva funções como vendedora, recepcionista e secretária são as mais ocupadas por mulheres brancas ou amarelas. O mesmo acontece nas áreas técnico científicas, nas artes e administrativas, onde os salários são mais altos e as atividades desenvolvidas são consideradas nobres. Para as mulheres negras, o mercado culturalmente reserva os guetos da subalternização e nas atividades manuais. As atividades com maior representação da mulher negra são: serviços domésticos, servente, cozinheira e lavadeira/passadeira (BENTO, 1994).

Eu já percebi assim, que quando pegam meu holerite, quando vou abri um crediário na loja, e está ali minha profissão, na hora me olham de em cima em baixo, e comparam minha cor com o lixo... é como se eles falassem que eu estou no lugar certo (DANDARA, 2019).

A percepção da Dandara indica a naturalização por parte da sociedade com relação a segmentação social proposta por Bento (1994), pois não causa estranhamento ver uma mulher negra desenvolvendo um trabalho mais braçal e considerado sujo mas, pelo contrário, há uma comparação entre a função e a cor do indivíduo, bem como acontece com a profissão de doméstica que, há séculos, como já vimos, foi associada a imagem da mulher negra. Dessa forma, surgem falas que demonstram muito o preconceito com que desenvolve essa função, pois as próprias trabalhadoras preferem não revelar sua profissão.

Eu não escondo o que eu sou, porque tem gente que esconde, né? Não fala que trabalha na reciclagem... eu acho normal porque é um serviço como todo outro, né? Então eu não tenho vergonha do que eu trabalho, do que eu faço (DANDARA, 2019).

Contudo, as mulheres fazem parte de uma cooperativa que para Kreutz (2004), é a união voluntária de pessoas autônomas para satisfazer suas aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade coletiva democraticamente gerida. A cooperativa de produção, que consiste na associação de trabalhadores incluindo os administradores, planejadores, técnicos, entre outros profissionais, tem por objetivo produzir bens e serviços para serem vendidos no mercado. Dessa forma, teoricamente, não deveria existir a associação de pessoas que não se identificam ou se sentem pertencentes a essa organização, mas, na prática, a união das trabalhadoras está relacionada à geração de renda fazendo com que não se sintam parte do processo.

Eu não me entendo como dona desse negócio, eles falam que a gente é, mais eu não me sinto não, falar a verdade, me sinto como trabalhadora normal como todo mundo, mais assim, de negócio de dono não... não sei porque, mas não sinto não falar a verdade, é só o trabalho mesmo (ANTONIETA, 2019).

Dependendo da ocasião, sim e tem horas que as vezes não. É porque tipo assim, sempre tem coisas boas que eles fazem aqui, tem os eventos, os cursos então essa parte, tipo assim, as vezes é coisa miúda, mas tipo assim, as vezes quando vai tomar alguma decisão, as vezes a gente falam assim: nossa mas tomou essa decisão e nem... sabe assim, e não comunicou os cooperados (MARIELLE, 2019).

Não me sinto dona do negócio não... aqui eu venho faço meu trabalho como empregada, mesmo, sabe, porque muita coisa acontece e não ficamos sabendo (DANDARA, 2019)

De acordo com as falas acima as mulheres não se entendem com cooperadas em decorrência das tomadas de decisões, pois em alguns momentos se sentem excluídas desse processo. Outro fator que pode influenciar é o fato de estarem alocadas em um entreposto que não tem contato direto com os cooperados membros do conselho administrativo. Além de termos que considerar que vivemos em uma sociedade que nos ensina a ser individualistas e empregados ao invés de donos do nosso negócio, ainda mais quando coletivo.

Para Schmidt e Perius (2003) as cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, que participam de forma ativa na tomada de decisão e

na formação de suas políticas. Os homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios, esses têm igualdade na votação. Esse conceito foi relatado na fala de uma das participantes.

O conselho administrativo, a diretoria, a presidência e as vezes é um assunto que eles mesmos, eles votaram. Como se diz é o guarda-chuva da cooperativa, a gente nomeou eles e, praticamente assim, a gente deu poder para eles tomarem alguns tipos de decisões. As vezes na hora a gente fala assim: mas nem parece que a gente não é... mas assim com coisas banais, uma coisinha ou outra mas a maioria assim, a gente se sente cooperado (MARIELLE, 2019).

Como vimos, assim como toda cooperativa, a CooperRegião atua com o conselho administrativo. No entanto, ainda existe certo desconforto dos cooperados, pois não se sentem pertencentes ativos nesse processo. Essa situação pode ocorrer pela falta de comunicação, mas com as entrevistas das foi possível perceber certa preocupação das cooperadas com alguns direitos trabalhistas, como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, PIS e Seguro Desemprego. Esses fatores podem influenciar no sentimento de não pertencimento, pois existe o desejo de ser uma trabalhadora “empregada” e não proprietária.

Eu sairia daqui para trabalhar em outra coisa, dependendo do serviço, porque era bom um serviço registrado, né, porque não é aqui, você vai passar um tempo aqui e você não tem um acerto nada, você só tem os dias que você trabalhou. Tipo registro é uma garantia para gente também (ANTONIETA, 2019).

Nossa, eu sairia da cooperativa para trabalhar em outra coisa que fosse registrada, porque aqui, não temos seguro desemprego, não podemos pegar o PIS... de tudo o pior é não ser registrada (DANDARA, 2019).

Antonieta e Dandara já haviam relatado os seus desejos de saírem da cooperativa para ingressarem em empresas convencionais para serem funcionárias, mas ainda não obtiveram sucesso. Já Carolina diz que não quer mais pensar em trabalhar, pois aguarda sua aposentadoria. Marielle, assim como todo trabalhador, tem dias que não quer mais atuar na cooperativa, mas avalia o que tem de bom e tem permanecido.

Já pensei várias vezes em sair para ir para outro trabalho...sabe, às vezes é momento, depende assim do acontecimento, tipo assim eu vou sair igual eu

falei para você, vou chutar o balde aí depois você pensa e reflete, as vezes já tive momentos de fala assim, vou sair não quero mais (MARIELLE, 2019).

Diferente das outras mulheres, Marielle cogita sua saída no caso de ter a oportunidade de abrir seu próprio negócio.

Para eu sair daqui, tipo assim, se fosse para eu trabalhar por conta, abrir um negócio e eu tomar conta, tipo sair daqui para ir para outra cooperativa ou trabalhar de outra coisa não! O meu pensamento é de abrir alguma coisinha para mim, trabalhar por conta... eu e o meu marido temos projeto abrir uma loja que venda artigos de pesca, a gente também vende roupa, tapete essas coisas, seria mais ou menos nesse ramo de comércio de vendas mesmo. (MARIELLE, 2019)

O posicionamento da Marielle pode estar vinculado à posição que ocupa na cooperativa, pois ela trabalha com os compradores, dando suporte para os cooperados, além de outras atividades. Isso lhe proporcionou ganho de conhecimento que conforme Schmidt e Perius (2003) dizem: as cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

Aqui na Marielle eu agreguei mais experiência, por tipo assim, porque eu praticamente, assim, eu entrei entrando, sem saber nada eu fui aprendendo ativamente, em cada tempo eu fui aprendendo as coisas, ai aqui tipo assim, eu tive muita oportunidade, tipo assim, de viajar para outras cidades, andar de avião, coisa que eu nunca tinha feito, como gerente eu tive essa oportunidade, de cursos, principalmente de computação, vários tipos de curso, então tipo assim, aqui para mim agregou mais experiência, porque tipo assim, é uma coisa que eu utilizo no meu dia a dia, mas é uma coisa que ficou para mim que ninguém me tira, se um dia eu sai daqui eu vou, eu tenho esse conhecimento (MARIELLE, 2019).

Todos os cooperados participam de capacitações promovidas pela cooperativa, como podemos ver na fala de Antonieta:

Aqui dá bastante curso, segurança do trabalho, dão palestra, nessas partes aqui tem que reconhecer, aqui sempre teve, aprende bastante, né, além de aprender levamos uma mensagem, é, mas ruim assim porque não é registrado (ANTONIETA, 2019).

No entanto, existem eventos, capacitações e viagens em que não é possível levar todos os cooperados, onde acabam participando alguns representantes e pelo fato de Marielle trabalhar na gerência da cooperativa foi possível acessar outros conhecimentos que fazem com que ela tenha um olhar diferente das demais que atuam mais na parte operacional do negócio.

Notamos que existe um conflito vivenciado pelas cooperadas, pois apesar de terem o envolvimento comunitário e o trabalho coletivo desde sempre em suas vidas, o trabalho cooperativo nem sempre é visto como desejável, pois culturalmente a sociedade é ensinada a ser empregada e ter um salário, desenvolver sua função e ir para casa sem grandes responsabilidades, o que não é o caso de uma cooperativa. Schmidt e Perius (2003) falam que os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. As sobras são destinadas ao desenvolvimento das cooperativas, possibilitando a formação de reservas, parte dessas podendo ser indivisíveis; retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios. Assim, o cooperado precisa ter um maior envolvimento com os processos e se sentir pertencente àquele meio.

A crise vivenciada por alguns participantes, não se justificaria se houvesse um envolvimento real com o trabalho, pois os direitos trabalhistas que sentem falta não são destinados a donos de um negócio, pois esse não será demitido. O pensamento de sair sem os direitos assegurados demonstra certa instabilidade no trabalho, o que não é o caso da cooperativa, pois os recursos são divididos de acordo com a produtividade de cada um e a saída fica a cargo do cooperado. Portanto, essa é uma dinâmica que aponta para não identificação com o trabalho e um caminho a ser percorrido para tornar as cooperativas mais coerentes com seus valores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do presente estudo foi compreender a trajetória histórica vivenciada pelas mulheres negra, que hoje integram a cooperativa Cooper Região de Londrina/PR. Para tanto foram definidos quatro objetivos específicos: traçar o perfil, características e *modus operandi* da cooperativa Cooper Região; levantar a trajetória de vida das mulheres negra que integram a Cooper Região de Londrina./PR; reconhecer o contexto que conduziu as mulheres negra a atividade de reciclagem, e perceber a identificação das mulheres com o seu trabalho.

A pesquisa utilizou do método história de vida com abordagem qualitativa, com o desenvolvimento de três categorias de análise, onde dois objetivos foram trabalhados em uma única categoria por serem complementares no momento da análise e outras duas categorias, uma para cada objetivo restante. Elencamos subcategorias para cada categoria não pensando na uniformidade do número de subcategorias, mas na necessidade de cada uma delas. A primeira categoria trabalhou o perfil e o modo operante da CooperRegião, que mostrou com o olhar das participantes o surgimento da cooperativa e sua evolução na organização do trabalho e do processo produtivo.

A segunda categoria de análise descreveu a história individual e comunitária das protagonistas, pensando na influência dessas histórias na vida laboral das mulheres. Para alcançar a categoria maior levantamos contexto socioeconômico das participantes, verificamos o objetivo e a motivação que fizeram com que elas entrassem na cooperativa, se houve influência do meio em que viviam para seu envolvimento na cooperativa e, por fim, o histórico e o contexto de sua inserção no mundo do trabalho.

Na terceira e última categoria foram realizadas análises da identificação das mulheres com relação ao seu trabalho na cooperativa. A partir de suas falas, refletimos sobre seu desejo pelo trabalho, orgulho no âmbito pessoal e social, além do sentimento de pertencimento ou não como membro ativo e dono de um negócio coletivo.

A união dos trabalhadores não foi iniciativa dos cooperados pois houve inúmeras intervenções para o surgimento da mesma. Atualmente a cooperativa do entreposto da Vila Marisia é constituída de trabalhadores que, em sua maioria, moram ali. Percebemos que a história da cooperativa está diretamente relacionada com a

história da comunidade, que por necessidades de subsistência se envolveu nesse universo. Dessa forma, a pesquisa mostrou que o fato de estarem inseridas em uma comunidade que tem em sua história o envolvimento com a catação, influenciou diretamente em sua inserção na atividade.

A cooperativa sofreu mudanças em seu processo produtivo ao longo do tempo. Há como considerar esse processo como evolução e profissionalização do trabalho, pois as mudanças trouxeram maior agilidade e lucratividade para a cooperativa. Por outro lado, podemos perceber como um retrocesso quando notamos as semelhanças do com as empresas convencionais. Com esse modelo, os cooperados não trabalham mais no seu tempo, pois o ritmo é ditado pela máquina. Outro ponto foi a retirada dos catadores da rua, o que causou afastamento da cooperativa com relação à comunidade. O *modus operandi* atual da cooperativa, apesar de ter por objetivo a melhoria no processo produtivo, não beneficiou os trabalhadores.

Dessa forma, notamos que existe uma “guerra” entre a maior produtividade e o bem-estar no ambiente de trabalho, pois os responsáveis pela gestão apontam soluções para aumento dos rendimentos e os cooperados que estão na produção, desejam que o trabalho seja mais leve mais ao mesmo tempo rentável. A dualidade encontrada na cooperativa não é diferente em outros espaços de produção, mas por se tratar de uma cooperativa, as ações deveriam contemplar as aspirações da maioria. Esse caso pode exemplificar a prematuridade dos processos de gestão coletiva, pensando que a maior parte das participantes não se veem como donas do negócio. As assembleias acontecem, mas as propostas votadas, não necessariamente agradam, sendo ainda assim aprovadas. Existe a necessidade do fortalecimento de pertencimento dos cooperados, pois é natural haver lideranças formais e informais que influenciam no processo de decisão, mas esse não pode ser essencial para as escolhas em uma cooperativa, considerando sua constituição.

A construção comunitária é um ponto relevante no perfil da cooperativa, que mesmo sem notarem transcende a Vila Marisia e é levada para o ambiente de trabalho. O contato com a comunidade no antigo modo de produção é uma amostra desse transcender, quando a relação com os moradores dos bairros atendidos ia além da mera coleta e passava para algo de troca tanto relacionado ao trabalho como ao fortalecimento de vínculos. Além do processo de troca as trabalhadoras se sentiam valorizadas pelo seu trabalho quando atuavam diretamente com a comunidade.

Durante a pesquisa foi possível identificar que ainda hoje os trabalhadores que atuam na cooperativa são, majoritariamente, moradores da Vila Marísia, ao contrário da realidade de outras cooperativas, que possuem cooperados de diversas regiões, com pouco tempo de atuação no entreposto e com histórico de desentendimentos com cooperados de outros entrepostos, que os levaram a abandoná-los. A característica de pertencerem ao mesmo território pode influenciar na unidade existente entre os cooperados. As divergências e discussões ocorrem, assim como em qualquer outro lugar, mas essas adversidades não culminam na saída dos membros da cooperativa.

O fato de existirem níveis de parentesco entre os cooperados reforça a integração dos cooperados, mas isso aponta outro fator que é a reprodução da história familiar. A impressão que foi passada é de que, assim como é comum vermos em nosso país a reprodução da história profissional de mães e filhas negras se dedicando aos trabalhos domésticos, na Vila Marísia vemos mães e filhas negras trabalhando com a reciclagem. Além disso, a cooperativa torna-se como uma “muleta” para a comunidade, pois por intermédio de familiares e amigos, na falta de oportunidades profissionais desejadas, o indivíduo recorre ao trabalho cooperativo, não por sua identificação com o formato do negócio ou com a o trabalho desenvolvido, mas pela necessidade. A forma expressa parece desmerecer as profissões acima citadas, mas não se trata de demérito, o fato a ser pensado é a falta de oportunidade de escolha dessas pessoas.

Poucos privilegiados tem a possibilidade de escolher sua profissão, o que para essa pesquisadora é algo essencial, pois isso será feito dia após dia por diversos anos. Temos uma política interna que indica que a pessoa em condição de pobreza deve se contentar com o que lhe é ofertado, caso contrário o mesmo é visto como folgado, mal agradecido ou não sabe se pôr em seu lugar. Essa é mais uma disseminação racista que vem para impedir a reflexão e a possibilidade de mudança. Não podemos dizer que no âmbito profissional foi ofertado às mulheres um direito de escolha, pois para elas a cooperativa foi a última opção após o recebimento de negativas do mercado formal de trabalho.

Sabemos da importância dos trabalhos desenvolvidos pela cooperativa, mas sabemos também do estigma que os trabalhadores carregam por estarem nela atuando. Essa profissão, assim como outras, é vista socialmente como inferior e desenvolvida por um determinado grupo social. Notamos que todas as participantes

têm em sua história de vida a aproximação da reciclagem como possibilidade de geração de renda dentro de casa, sendo realizada por elas, por seus pais ou ainda com seus pais. O fato é que se trata de uma comunidade pobre, que igual à maior parte dos trabalhadores que atuam na catação, viram uma oportunidade de gerar renda a partir do “lixo”, em decorrência da exclusão social existente.

Em contrapartida, através das capacitações realizadas pela cooperativa, os cooperados passaram a ver seu trabalho com outros olhos, perpassando a geração de renda e percebendo as questões da sustentabilidade em nível geracional. O discurso do trabalho para garantia das gerações futuras é recorrente nas falas de todas as participantes, trazendo um significado para o trabalho e garantindo o âmbito ambiental da sustentabilidade. Mas quando pensamos na história do nosso país, debatida anteriormente, não é possível deixar de pensar que a cooperativa é resultado de um processo de segregação social coletiva, seguida de diversas outras segregações.

A segregação releva-se em vários momentos da fala das participantes, que relatam falta de oportunidade na inserção no mercado de trabalho formal, que as levaram a entrarem na cooperativa por necessidade. O envolvimento com a temática ambiental trouxe para as mulheres sentido para o seu trabalho, mas não trouxeram o sentimento de pertencimento do negócio, que talvez devesse ser natural devido a sua razão de social, havendo assim, mais uma forma de exclusão.

O fato de entenderem sua função como “tipo” uma profissão ou como um trabalho normal, demonstram que mesmo com o não entendimento da maioria de que sofre preconceito com relação seu trabalho, existe uma diferenciação com algumas profissões. A mulher negra, naturalmente, já é vista como detentora de funções que exigem menor qualificação profissional e é associada a trabalhos braçais mal remunerados. A fala de Dandara, que revelou sua percepção da comparação que terceiros fazem da sua cor com seu trabalho, não pode ser negligenciada, pois em nossa sociedade eurocêntrica uma pessoa branca não é associada ao trabalho como o da catação.

Assim como a imagem de uma pessoa branca não é associada à catação, o negro não é associado aos bancos universitários. O sonho do diploma de nível superior passou longe de ser realizado pelas mulheres da pesquisa. Até mesmo quando estava longe de viver essa realidade, uma de nossas protagonistas, foi convidada por uma professora para trabalhar como empregada doméstica em sua

casa, mostrando mais uma vez o processo de segregação social vivido pela mulher negra. Sendo a pesquisadora uma mulher negra, essa realidade não foi diferente. Sempre estudei em uma escola central, onde na época, eu, meus irmãos e mais um grupo de três irmãos, éramos os únicos negros da escola, e com oito anos de idade uma professora também me chamou para trabalhar em sua casa como empregada doméstica. Por sorte, tenho uma mãe esclarecida que prontamente viu que se tratava de preconceito racial e não permitiu que eu trabalhasse para aquela pessoa. Infelizmente, a maioria das pessoas negras desse país já naturalizou e não entende ações como essa como preconceito, pois dificilmente ouviremos um relato desse vindo de uma criança branca, ainda que esteja inserida no mesmo ambiente.

Pelo fato de as mulheres atuarem em uma cooperativa de reciclagem, de serem pobres e por meio do trabalho coletivo estarem gerando renda, aparentemente parece responder perfeitamente à expectativa da sustentabilidade. O trabalho desenvolvido é, sem dúvidas, de extrema relevância nos âmbitos ambiental e econômico pelos motivos óbvios. No entanto, ao final dessa análise, considerando toda a história que envolver a constituição da mesma, fica o questionamento: até que ponto a inclusão dessas pessoas no mundo do trabalho por meio da cooperativa de reciclagem pode ser considerada uma ação sustentável no âmbito social? Essa questão fica ainda mais forte quando existe o desejo, por parte das mulheres, de entrarem no mercado formal para terem acesso a alguns direitos garantidos somente aos trabalhadores com vínculo empregatício, no qual elas não se enquadram.

E questão social associada a sustentabilidade, é posta à prova nesse momento de epidemia da COVID-19. Os governos tem divulgam que a pandemia não escolher raça, gênero ou classe social, mas os privilégios financeiros tem separado mais uma vez ricos de pobre. A orientação básica para proteção do vírus, é lavar as mãos, mas por ser um vírus que não distingue pessoas, não se faz necessário ter água em todas as casa, não é? Saneamento básico! Esse termo não é conhecido por todos, especialmente para população mais pobre. Os trabalhadores considerados de serviços essenciais, também são distintos. Enquanto os mais pobres se aglomeram em ônibus lotados mais suscetíveis ao vírus, outros viajam trancados em seus carros, mostrando que o vírus é democrático, pois contagia, quem por vontade ou não, deixa de se proteger.

Essa realidade é vista também no apelo de ficarmos em casa. E para aqueles que não tem casa? Para esses, temos visto, que até sua alimentação foi afetada pela

falta de circulação de pessoas na rua. E os que vivem com família numerosa no morro? O isolamento social fica pouco sustentável há longo tempo, pois a família fica, muitas vezes, em um único cômodo, sem trabalho e por consequência sem alimentação, pois muitos dos responsáveis pelas famílias possuem ocupações informais. Dessa forma, ficou escancarado o número de trabalhadores “indigentes” que o Brasil negligencia. Pessoas que sobrevivem a partir do trabalho informal, que não possuem registro em nenhum dos bancos de dados legais do país. Essa é uma questão que ainda estamos vivendo e que a ciência tem ganho valor para descoberta de soluções para o enfrentamento do vírus. Assim, nós das Ciências Sociais Aplicadas também podemos contribuir para pensar, intervir e analisar os avanços sociais.

Após esse parêntese, necessário para contextualização do tema sustentabilidade social, tendo o COVID-19 como protagonista, vale pontuar mais algumas propostas de pesquisa relacionada às cooperativas. A questão da intencionalidade governamental na aplicação do âmbito social da sustentabilidade nas cooperativas de reciclagem é uma das sugestões propostas para pesquisas futuras. Outro ponto a ser aprofundado é identificar na cooperativa e na comunidade de maneira geral se existe consciência do processo de reprodução instalado na Vila Marísia no trabalho com a reciclagem. Por fim, seria interessante pesquisar a percepção dos cooperados com as relações raciais existentes na cooperativa e na comunidade onde estão inseridos. Dito isso, desejamos que a partir da análise dos dados e das reflexões propostas, este estudo provoque novas discussões e inquietações que possam retroalimentar as políticas de inclusão no trabalho e fortalecimento de direitos.

## REFERÊNCIAS

ALBERT, V. Narrativas na história oral (Proposta de simpósio temático apresentada à Associação Nacional de História- ANPUH-, com vistas à participação na XXII Simpósio Nacional de história realizado em João Pessoa (PB) em 27 jul-1ºago. 2003). Boletim Eletrônico da ABHO, Especial nº1, nov. 2002.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. História do negro no Brasil. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

BATALHA, Elisa. Lixões: tempo esgotado. Disponível em: <<http://www6.enasp.fiocruz.br/radis/revista-radis/149/reportagens/lixoes-tempo-esgotado>>. Acesso em: 24/10/2017.

BATISTA, Luiz Eduardo. A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102004000500003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102004000500003). Acesso em: 16/01/2020.

BENTO, M. A. S. A mulher negra no mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2011/10/16466-50750-1-PB.pdf>. Acesso em 23/11/2018

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça e classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações, Revista das Ciências Sociais**. UEL, Londrina, 2015

BOM MEIHY, J.C.S. (Re)Introduzindo a história oral no Brasil. In: BOM MEIHY, J. C.S. (Org). (Re)Introduzindo a história oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996. 342p. Contratação pública municipal de uma cooperativa de catadores: o caso da Cooper Região – cooperativa de catadores de materiais recicláveis da região metropolitana de Londrina - PR. / Fundación Avina [et al.]. – Salvador: Inspirar Ideias, 2012. Disponível em:

[http://www.coopcentabc.org.br/documentos/contratacao\\_publica\\_de\\_cooperativa\\_de\\_catadores\\_serie\\_cata\\_acao.pdf](http://www.coopcentabc.org.br/documentos/contratacao_publica_de_cooperativa_de_catadores_serie_cata_acao.pdf) Acesso: 19/11/2018

CALDWELL, K. L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. Disponível em: <https://www.alainet.org/images/Fronteiras-da-diferencas.pdf>. Acesso: 06/07/2018

CARNEIRO, Sueli e SANTOS, Thereza. Mulher negra. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

COSTA, Marcos. História do Brasil para quem tem pressa. 1.ed. Rio de Janeiro: Valentina, 2016.

DAVIS, Angela. Mulher, raça e classe. 1. ed.- São Paulo: Boitempo, 2016.

DELLAGNELO, E; SILVA, R. C. Análise de Conteúdo e sua aplicação em pesquisa em administração in Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ESTARQUE, Mariana. Cresce proporção de bebês nascidos de adolescentes na periferia de SP. São Paulo 27 de maio de 2019. Folha de São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/cresce-proporcao-de-bebes-nascidos-de-adolescentes-na-periferia-de-sp.shtml>

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1975.

FREITAS, R.C.M. A construção de uma agenda para as questões de gênero, desastres socioambientais e desenvolvimento. Estudos Feministas, Florianópolis, v.16, n.3, p.889-899, Set./Dez. 2010.

FREITAS, S. História oral: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanistas, I.O.E, 2002. 143p.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. ed. 48. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Celso. Para uma história do negro no Brasil. — Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1988. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf). Acesso em: 10/01/2020.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO R.; e SILVA A. B. (organizadores). Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos - São Paulo: Saraiva, 2006.

GÓES, Weber Lopes. Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl / Weber Lopes Góes. – Marília, 2015. 276 Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124368/000837627.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y> Acesso em: 20/01/2020

GONZALEZ, L e HASENBALG, C. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GORBÁN, D. Reflexiones alrededor de los procesos de cambio social en Argentina: el caso de los cartoneros. Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos, v. 2, n. 8, p. 3-15, Buenos Aires, jul./set. 2004.

HERNANDEZ, C.O. Gênero e meio ambiente: a construção do discurso para o desenvolvimento sustentável. Ambiente y Desarrollo, Bogotá, v.XIV, n.26, Enero/Junio 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil (informações atualizadas). 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.

LARG, A. B. da S. G. História oral: muitas dúvidas poucas certezas e possibilidades. In: BOM MEIHY, J.C.S. (Org.). (Re)Introduzindo a história oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996. 342p.

LIMA, Rosimeire Suzuki. Resíduos Sólidos Domiciliares: Um programa de coleta seletiva com inclusão social. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/saneamento-ambiental/biblioteca/RESIDUOS%20SOLIDOS%20EM%20LONDRINA%20compl.pdf>, 2007. Acesso em: 12/03/2019.

MEDEIROS, L. F. R.; MACEDO, K. B. Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v.3, n. 2, p. 72-94, mai. / ago. 2007.

MERRIAM, S. B. Qualitative research and case study applications in education. San Francisco: Allyn and Bacon, 1998. MONTENEGRO, A. T. História oral e memórias- a cultura popular. 3ªed. São Paulo: Contexto, 1994.153p. SALE, JEM, LAHFELD, LH & BRAZIL, K 2002, ' Revisitando o debate quantitativo-qualitativo: Implicações para a pesquisa de métodos mistos ' Quality and Quantity , vol 36, no. 1, pp. 43-53.

MOTA, Suetônio. Introdução a engenharia ambiental. 4. ed. Rio de Janeiro: ABES, 2006.

MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986.

NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, Conceição. Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social. Ed.: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 2001.

PEIXOTO, Afrânio. História do Brasil. ed. 2 Biblioteca do Espírito Moderno- Série 3ª.- História e Biografia. Cia. Editora Nacional, 2008.

PINSKY, Jaime. A escravidão no Brasil. 21.ed. São Paulo: Contexto 2016.

POCHMANN, M. *O mercado de trabalho reproduz a desigualdade*. São Paulo: Casa Amarela, ago. 2009. Entrevista.

POCHMANN, Marcio. Trabalho sob fogo cruzado. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.  
RDA. Em novo adiamento, Senado amplia o prazo para fechamento dos lixões.

REIS, M. C. Os impactos das mudanças na demanda por trabalho qualificado sobre o desemprego por nível de qualificação durante os anos noventa no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 60, n. 3, p. 297-319 set. 2006.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: o Linguístico e seu entorno. *D.E.L.T.A*, v 22, n1, p 29-52, 2006.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.

SEM, A. Desenvolvimento com liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERO, R. G. Catadores de materiais recicláveis da cidade de Pelotas: situações de trabalho. 2008. Dissertação. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2015/07/em-novo-adiamento-senado-amplia-prazo-para-fechamento-de-lixoes-1343.html>> Acesso em: 12/08/2019.

SILVA E SILVA, Maria O. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira *Revista Katál*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2010.

SILVA, Lilian Ramos: Não me chame de mulata: uma reflexão sobre a tradução em literatura afrodescendente no Brasil no par de línguas espanhola e portuguesa. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tla/v57n1/0103-1813-tla-57-01-0071.pdf>. Acesso em: 25/01/2020.

SOUZA, JESSE. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato/ Jessé Souza - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, JESSE. A ralé brasileira: quem é e onde vivem/ Jessé Souza ; colaboradores André Grillo ... [et al.] Belo Horizonte, UEMG, 2009.

STEARNS, Peter N. História das relações de gênero. – 2º ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

VERGARA, Sylvia C. Métodos de pesquisa em administração. 5º ed.- São Paulo: Atlas 2012.

APÊNDICE

## Roteiro de entrevista

Elementos Avaliativos	
<p>Categorias de análise</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo evolutivo da cooperativa</li> <li>• História individual e comunitária e suas relações com a inserção no mundo do trabalho</li> <li>• Identificação com o trabalho</li> </ul>
<p>Objetivo</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Traçar o perfil, características e <i>modus operandi</i> da cooperativa Cooper Região;</li> <li>2) Levantar a trajetória de vida das mulheres negra que integram a Cooper Região de Londrina./PR;</li> <li>3) Reconhecer o contexto que conduziu as mulheres negra a atividade de reciclagem</li> <li>4) Perceber a identificação das mulheres com o seu trabalho.</li> </ol>
Roteiro norteador de entrevista	
<p>Objetivo: Levantar a trajetória de vida das mulheres negra que integram a Cooper Região de Londrina./PR;</p> <p>Categoria de Análise: História individual e comunitária e suas relações com a inserção no mundo do trabalho</p>	<p>Conte-me suas lembranças</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Quais atividades relacionadas ao trabalho você se lembra que as pessoas que viviam com você desenvolviam durante a sua infância?</li> <li>2) Com que idade iniciou começou a trabalhar? Era remunerado? Atividade formal ou informal?</li> <li>3) Quando criança você pensava em exercer alguma profissão diferente que exerceu durante sua vida?</li> </ol>
<p>Objetivo: Reconhecer o contexto que conduziu as mulheres negra a atividade de reciclagem</p> <p>Categoria de Análise: História individual e comunitária e suas relações com a inserção no mundo do trabalho</p>	<p>Conte-me suas lembranças das experiências de trabalho que teve.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Seu ambiente familiar e comunitário influenciou na sua inclusão em sua atuação na reciclagem?</li> <li>2) Você pensava em ter uma profissão diferente quando era criança?</li> <li>3) Você tinha outras opções de trabalho fora a catação? Se sim, o que a levou a escolher a catação?</li> </ol>
<p>Objetivo: Perceber a identificação das mulheres com o seu trabalho.</p>	<p>Fale do sentimento de trabalhar com a catação.</p>

<p>Identificação com o trabalho</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Você está na cooperativa de passagem ou entende como uma construção social/comunitária?</li> <li>2) Tem sentimento de pertencimento?</li> <li>3) Você se orgulha do que faz? Por que?</li> </ol>
<p>Objetivo: Traçar o perfil, características e <i>modus operandi</i> da cooperativa Cooper Região;</p> <p>Categoria de Análise: Processo evolutivo da cooperativa</p>	<p>Fale do que você sabe a respeito do processo evolutivo da cooperativa.</p>